

OVERVIEW DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS

ÍNDICE

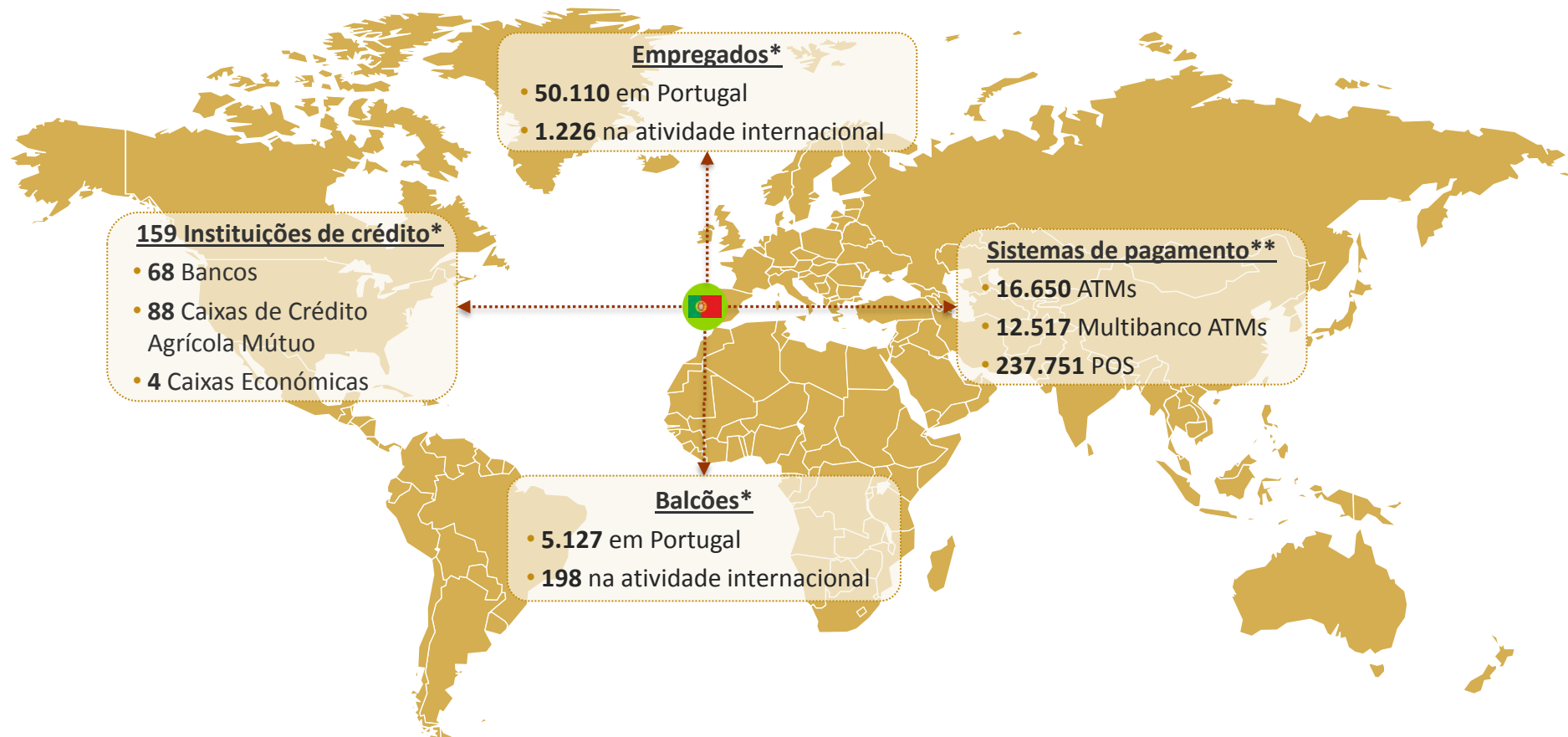
- I. Caracterização do Sector Bancário Português
- II. Atividade de Crédito
- III. Financiamento
- IV. Solvabilidade
- V. Rentabilidade
- VI. Regimes de Recapitalização Pública e de Concessão de Garantias pelo Estado a favor das Instituições de Crédito

Anexo I: Metodologia

OVERVIEW DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS

I. Caracterização do Sector Bancário Português

SECTOR BANCÁRIO PORTUGUÊS



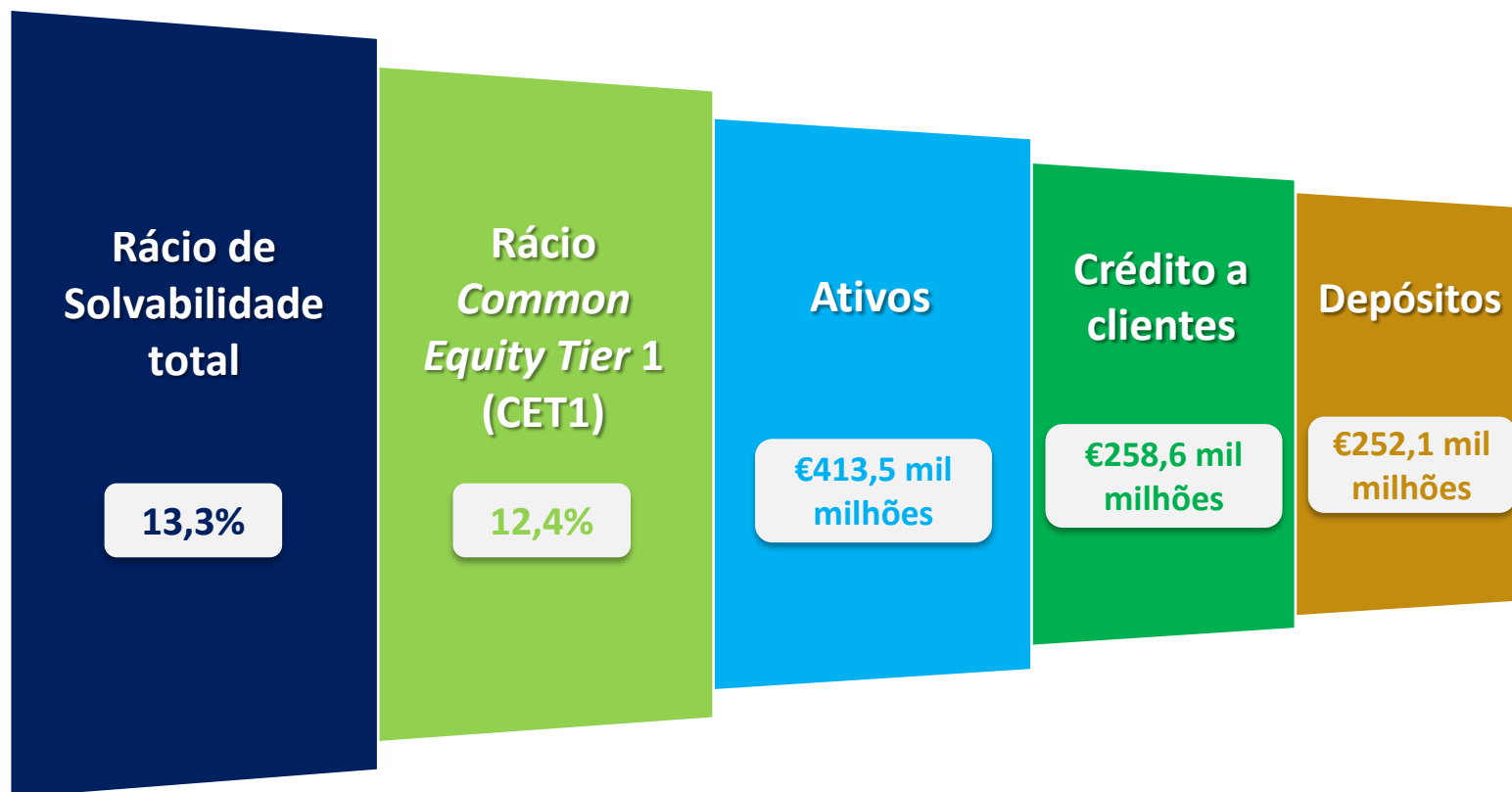
Fonte: APB, Banco de Portugal, ECB, INE.

*Dados referentes a junho de 2015

** Dados referentes a dezembro de 2014

SECTOR BANCÁRIO PORTUGUÊS

Principais Indicadores financeiros*

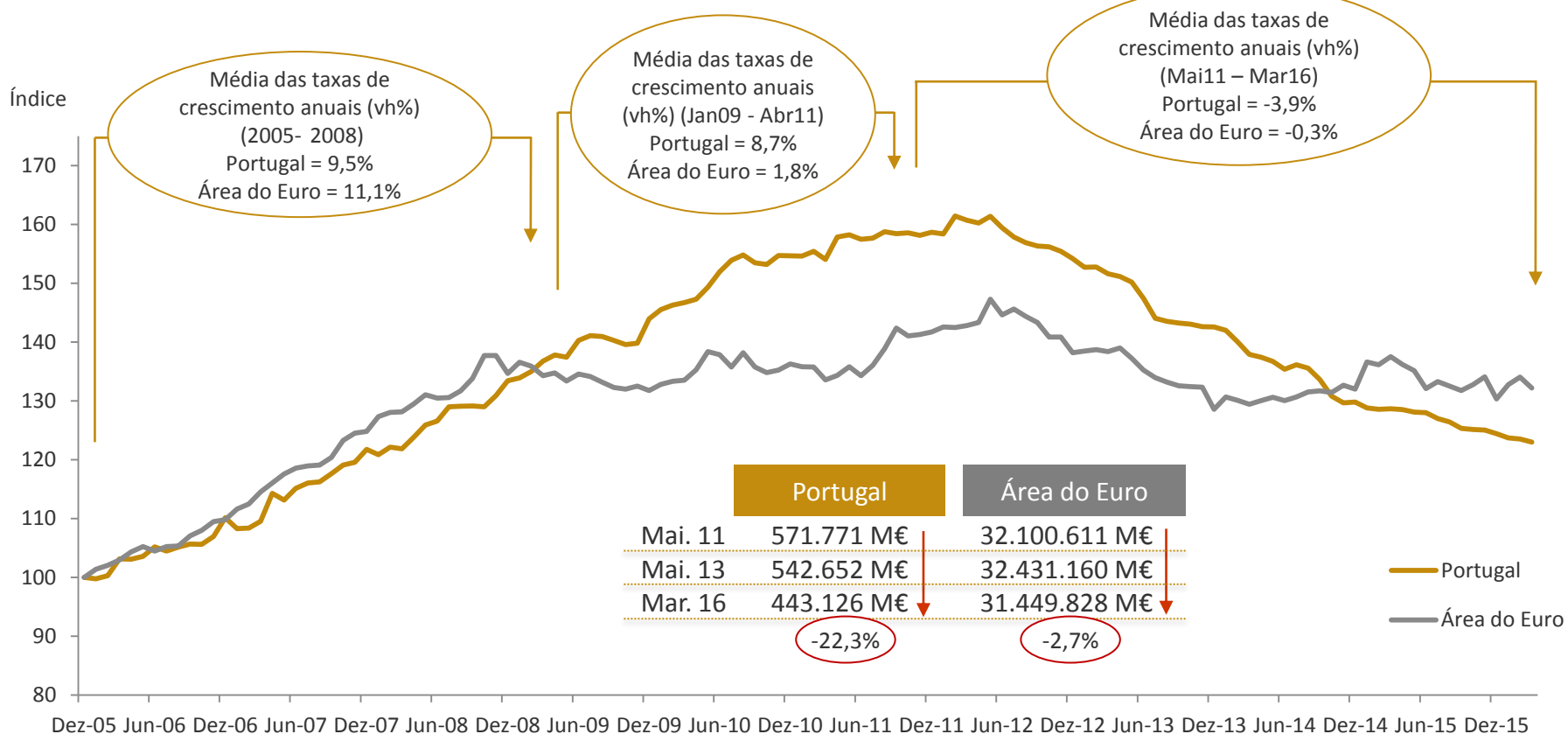


* Dados referentes a dezembro de 2015.
Fonte: Banco de Portugal

SECTOR BANCÁRIO PORTUGUÊS

Evolução dos ativos totais do sector bancário (Dez. 2005=100)

Contrariamente ao ocorrido na área do Euro, a desalavancagem do sector bancário português só se iniciou na sequência do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF).

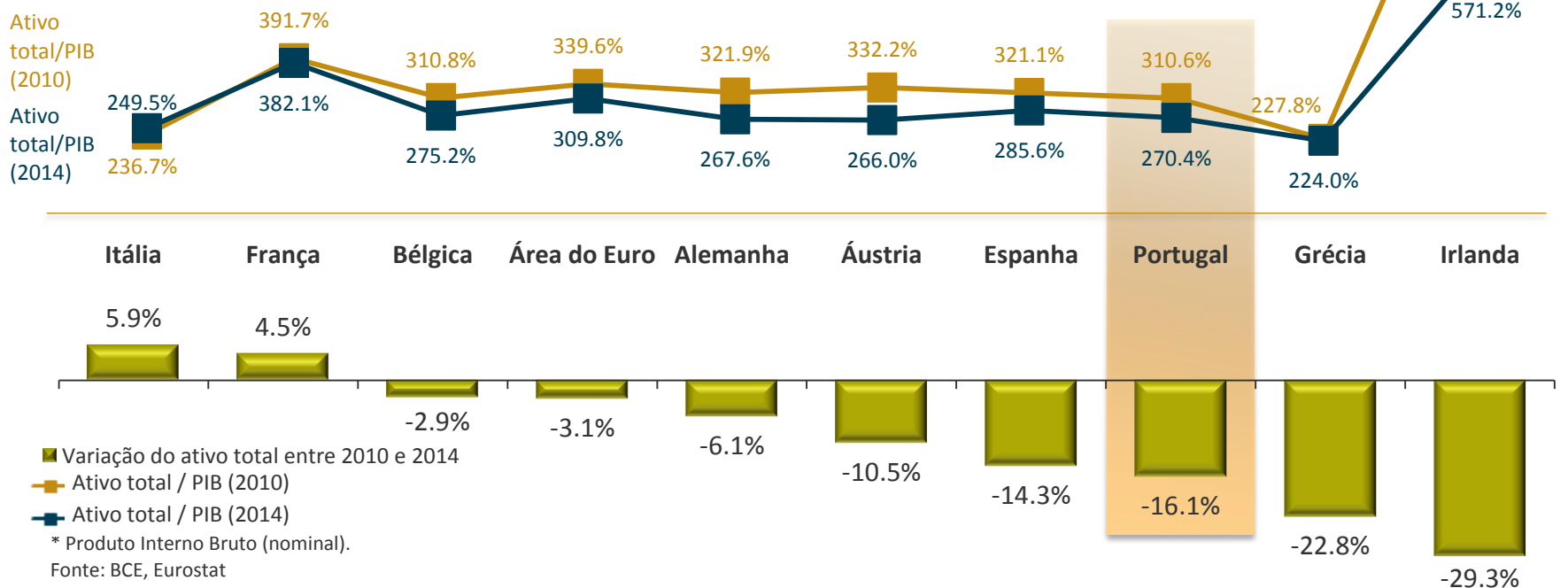


Fonte: BCE

SECTOR BANCÁRIO PORTUGUÊS

Ativo total sobre o PIB* e variação do ativo total (2010 a 2015)

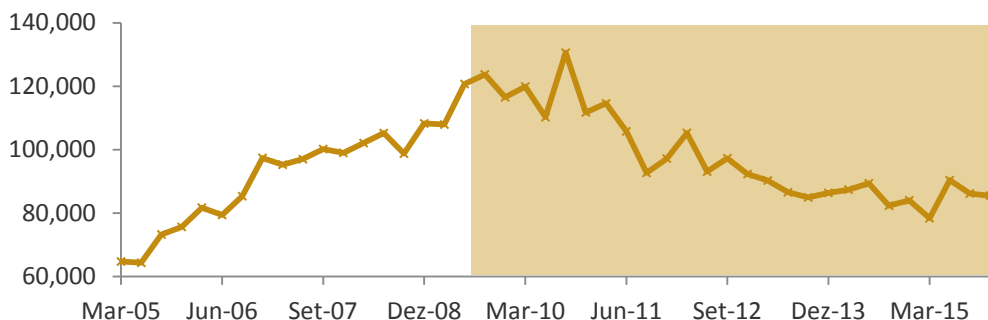
O redimensionamento do sector bancário verificou-se não só em Portugal, mas também na maioria dos países da área do Euro. Não obstante a diminuição do PIB no mesmo período, a contração do ativo total do sector bancário foi mais acentuada, pelo que o seu peso no PIB nacional se reduziu.



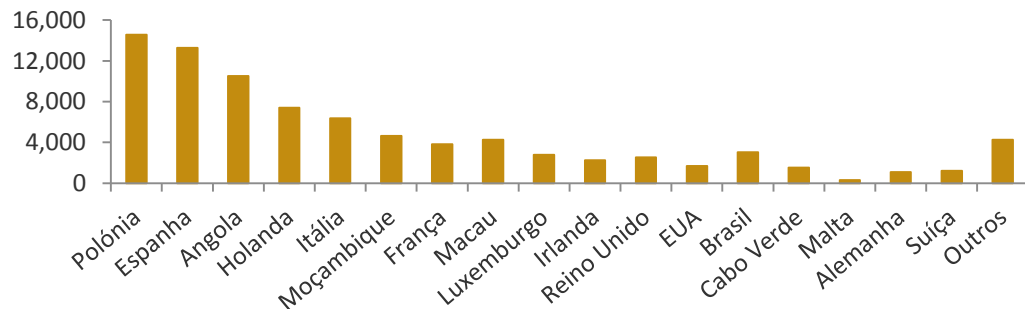
SECTOR BANCÁRIO PORTUGUÊS

Créditos e responsabilidades do sector bancário português junto de entidades internacionais (M€)*

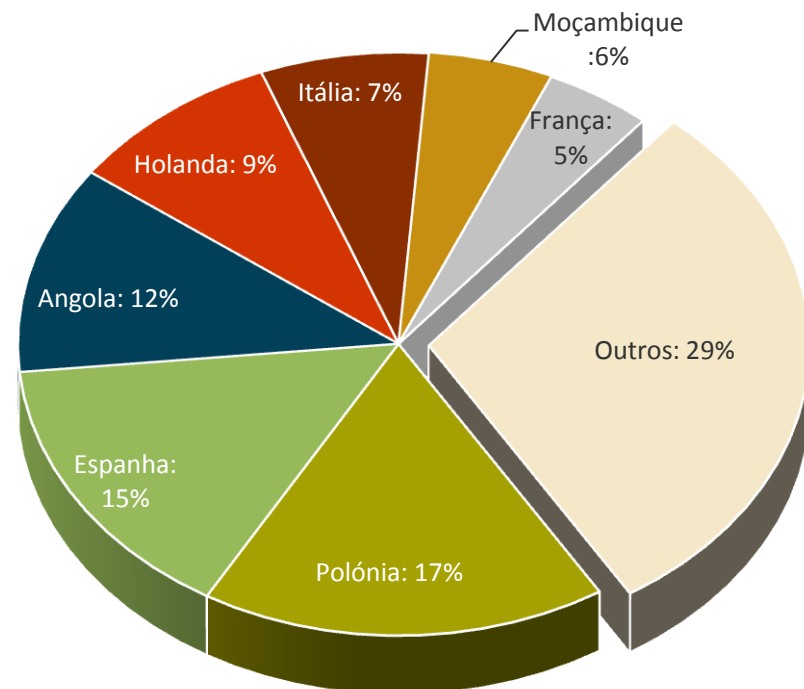
O processo de desalavancagem dos bancos nacionais refletiu-se, igualmente, numa redução da sua exposição internacional.



Exposição por país: milhões de euros (4º trimestre de 2015)



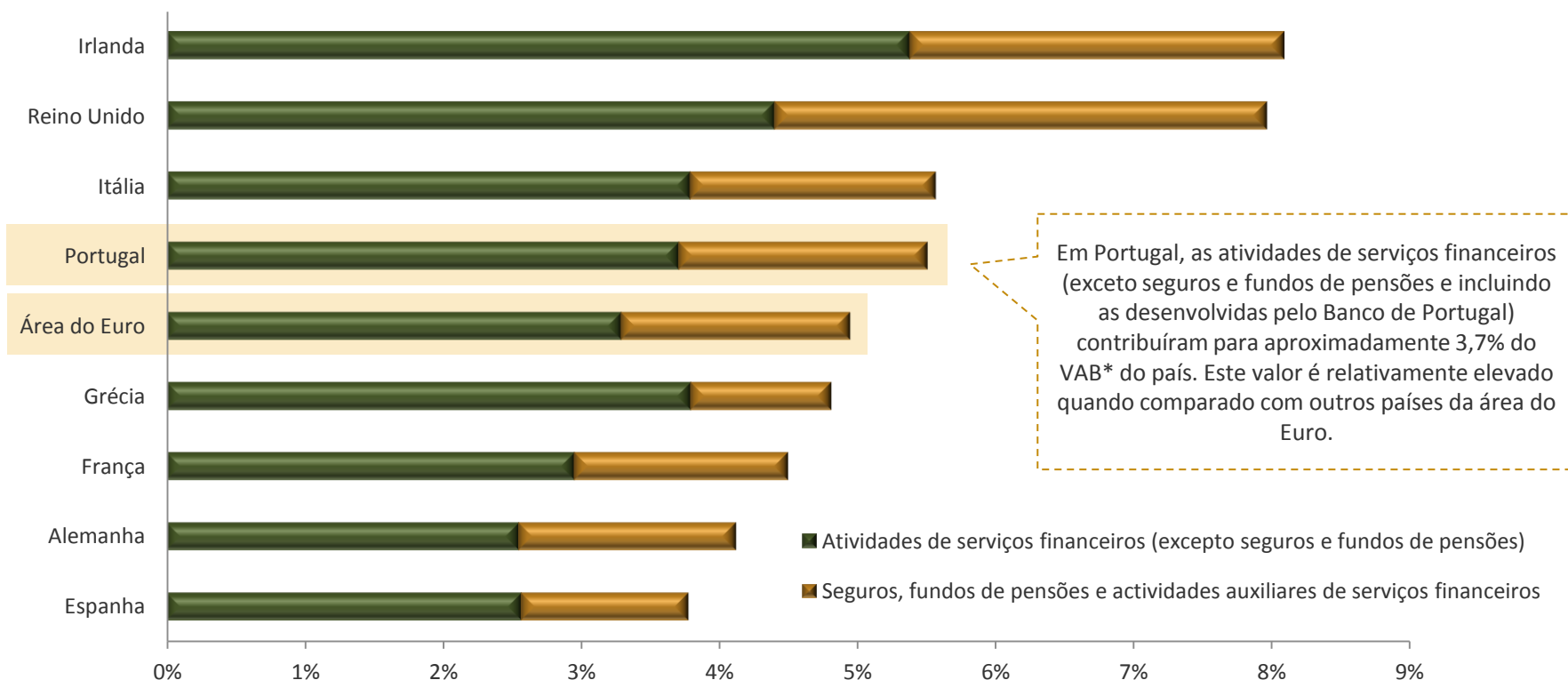
Exposição por país (Setembro 2015)



* Definida como créditos e responsabilidades de grupos bancários nacionais, em base consolidada e excluindo exposição intra-grupo, junto de entidades internacionais, incluindo créditos e depósitos com outros bancos, créditos a entidades não bancárias e títulos de dívida. Exclui derivados e outros instrumentos de transferência de risco. Fonte: Bank for International Settlements

SECTOR BANCÁRIO PORTUGUÊS

VAB* das atividades de serviços financeiros em proporção do VAB total (2013)

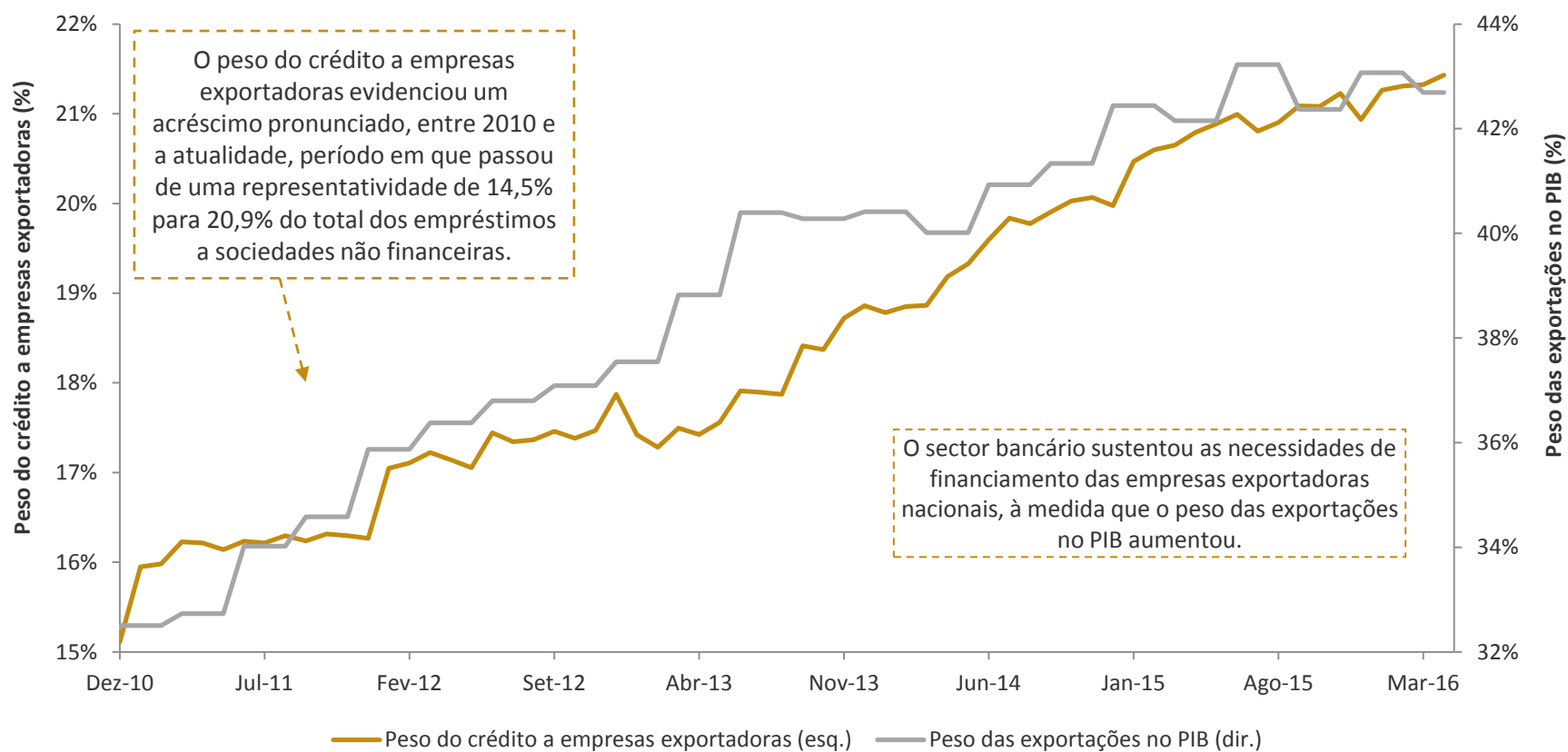


*Valor Acrescentado Bruto, a preços correntes.

Fonte: Eurostat, INE, Central Statistics Office Ireland

SECTOR BANCÁRIO PORTUGUÊS

Peso das exportações no PIB e peso do crédito a empresas exportadoras (%)



Fonte: INE, Banco de Portugal

SECTOR BANCÁRIO PORTUGUÊS

Desenvolvimentos Recentes (dezembro de 2015 a março de 2016)

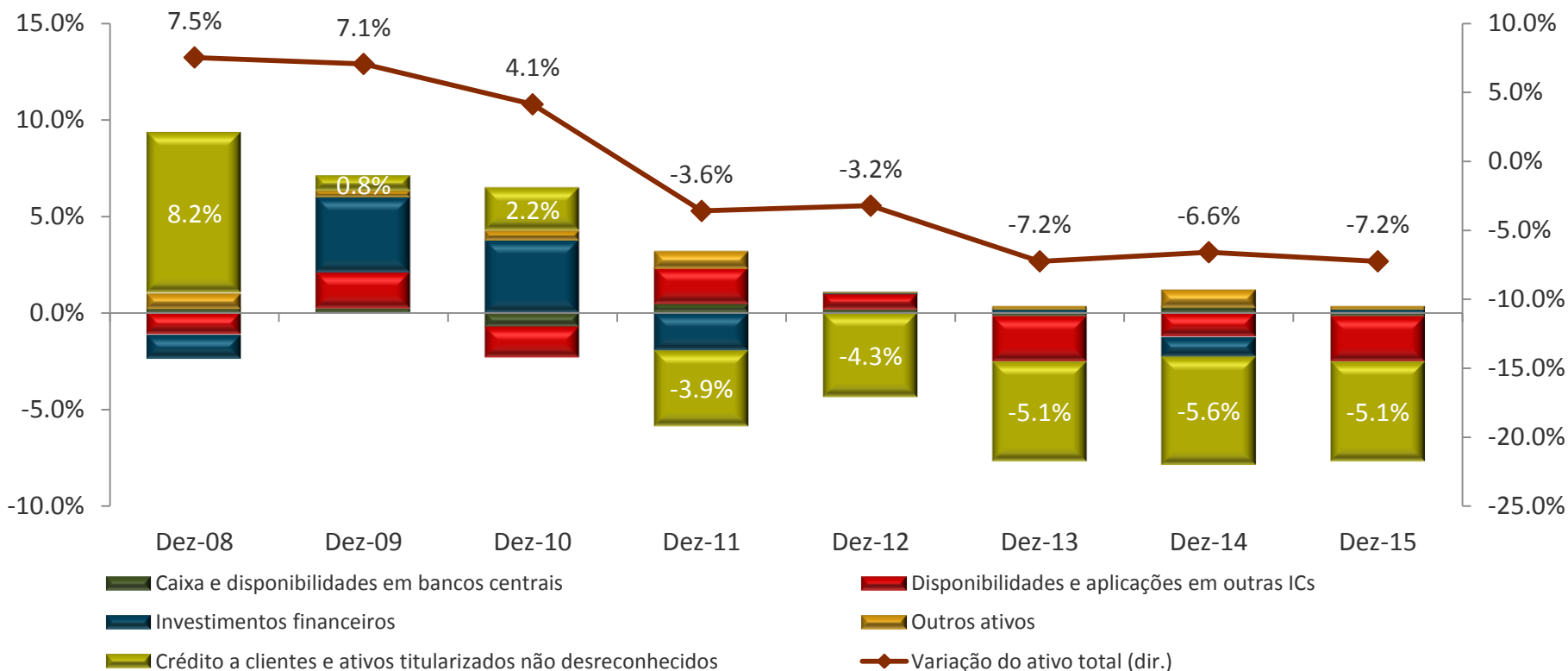
- Os ativos totais do sector decresceram 1,1% no 1º trimestre de 2016, após terem registado uma queda de 0,7% no trimestre anterior. Em termos homólogos, observou-se uma diminuição de 4,4%. O volume de crédito caiu 0,8% no trimestre e 4,3% face ao período homólogo.
- As condições de oferta de crédito permaneceram praticamente inalteradas no trimestre. A procura de crédito aumentou no 1º trimestre de 2016, embora a um ritmo inferior ao observado no passado recente.
- Os depósitos do sector não monetário contraíram 0,7% entre dezembro de 2015 e março de 2016. Em termos homólogos, cresceram 0,8%, mantendo-se como a principal fonte de financiamento dos bancos portugueses.
- A rentabilidade do sistema bancário recuperou em 2015, fruto de menores imparidades e custos operativos, e de ganhos em operações financeiras e na atividade internacional.
- O rácio de *Common Equity Tier 1* médio situou-se em 12,4% em dezembro de 2015, uma evolução positiva face aos 11,6% registados no 3º trimestre.

OVERVIEW DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS

II. Atividade de Crédito

O comportamento do ativo total tem sido, desde 2011, maioritariamente explicado pela contração do stock de crédito.

Varição anual do ativo* agregado e contribuição de cada rubrica

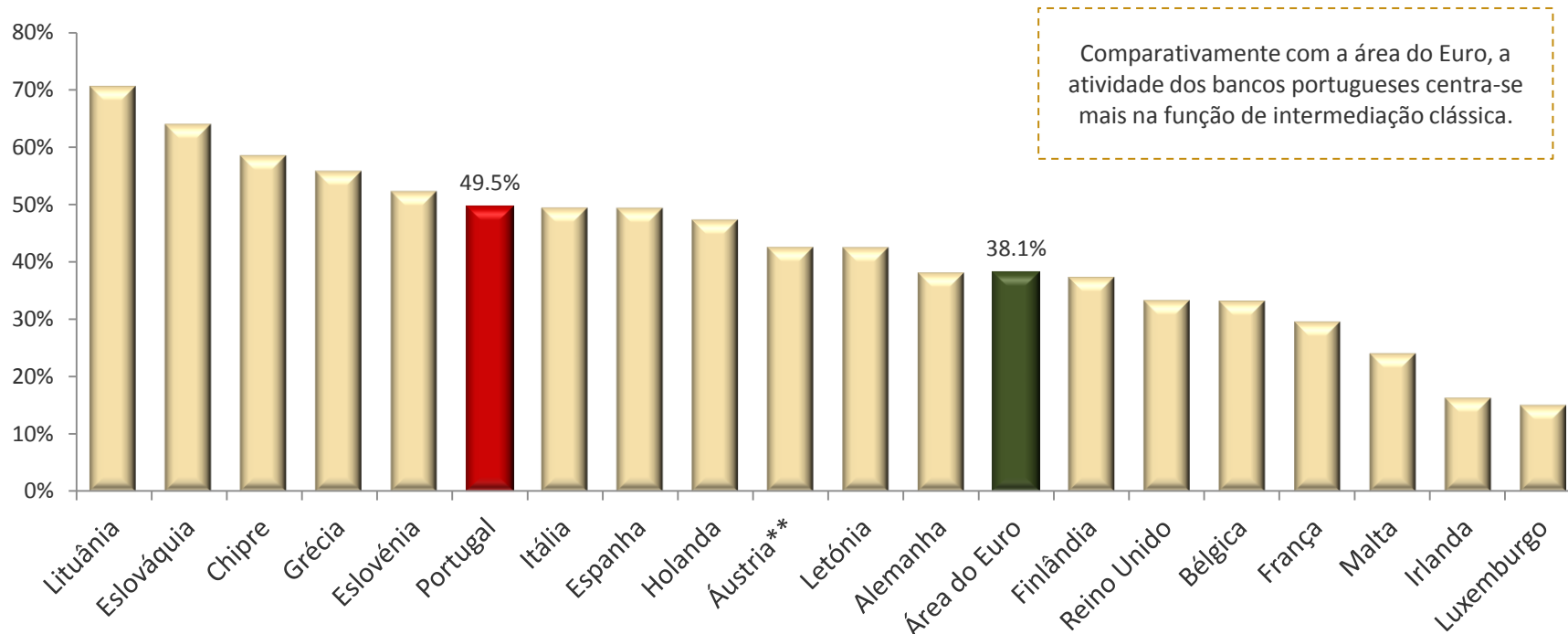


*Crédito líquido de provisões e imparidades.

Fonte: Banco de Portugal

Não obstante a contração, o crédito a clientes continua a absorver praticamente metade dos ativos totais da banca portuguesa.

Crédito a clientes* em proporção dos ativos totais (Março 2016)



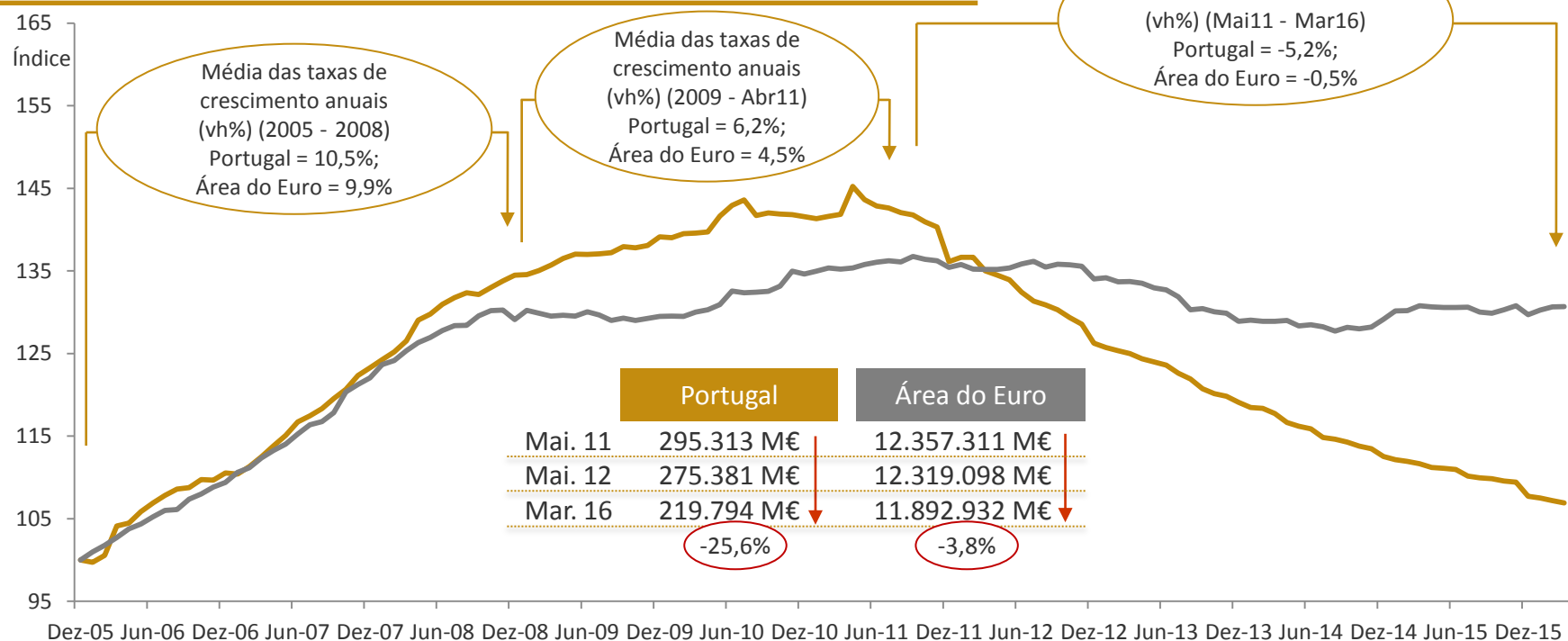
* Crédito ao setor não monetário (saldos brutos em fim de mês).

** Dados referentes a Fevereiro de 2016.

Fonte: BCE

No seguimento do PAEF, o volume de crédito revelou uma forte tendência descendente em Portugal, face a uma estabilização na área do Euro.

Evolução do crédito* (Dez. 2005=100)



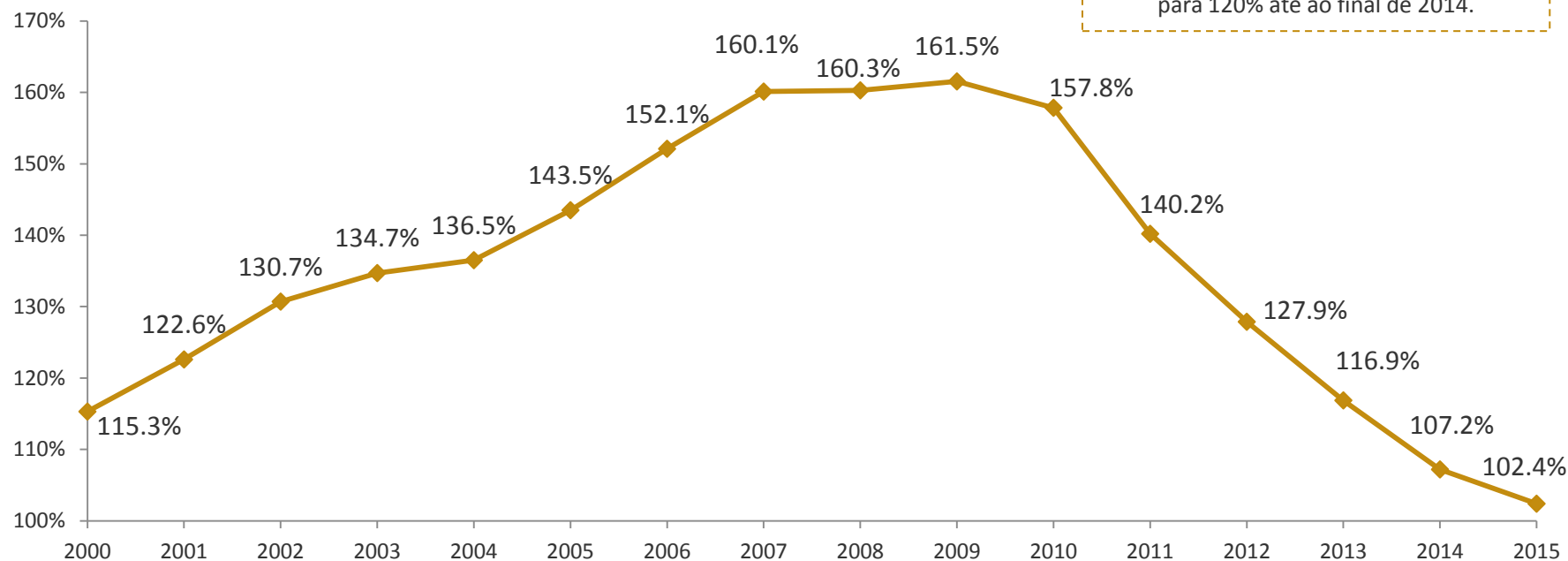
* Crédito ao sector não monetário (saldos brutos em fim de mês).

Fonte: BCE

— Portugal — Área do Euro

A desalavancagem que tem vindo a ser realizada pelo sistema bancário português reflete-se na diminuição do Rácio de Transformação.

Rácio Crédito* / Recursos de Clientes, em base consolidada

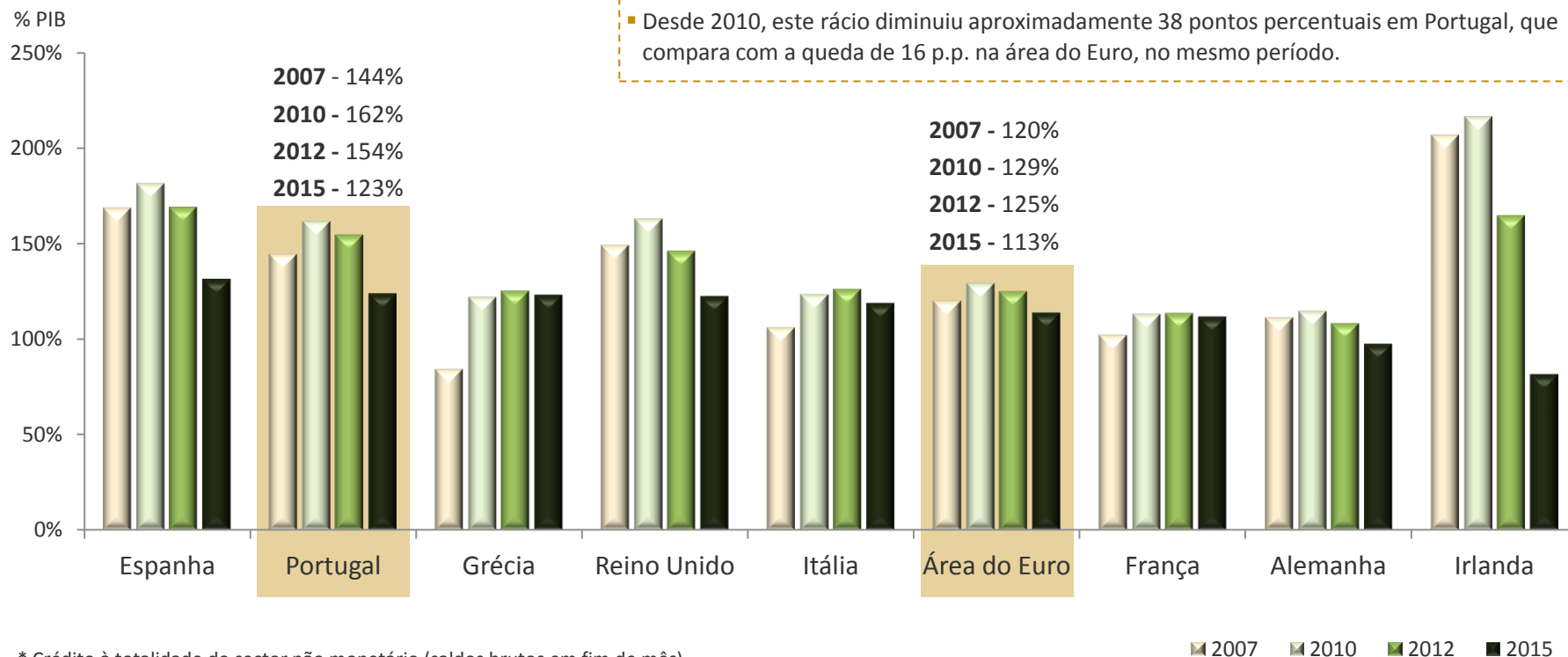


* Crédito líquido de imparidades (inclui créditos titularizados e não desreconhecidos). Saldos em fim de período.

Fonte: Banco de Portugal

O nível de endividamento bancário da economia portuguesa tem vindo a decrescer, aproximando-se do contexto europeu.

Rácio Crédito a Clientes* / PIB



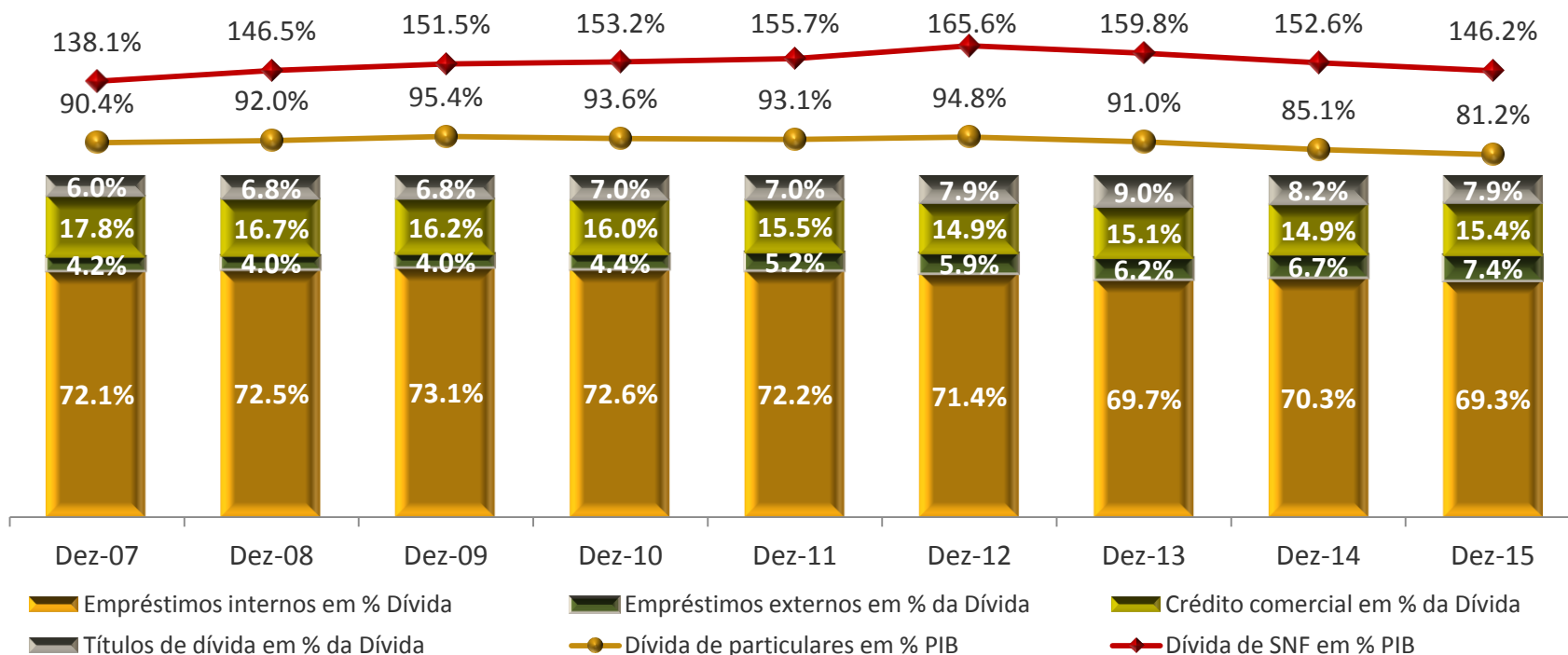
- O processo de desalavancagem seguido pelos bancos portugueses, aliado a uma procura de crédito pouco dinâmica, levou à diminuição de quase 10 pontos percentuais do rácio Crédito a Clientes/ PIB em 2015.
- No final de 2015, o crédito a clientes em Portugal representava cerca de 123% do PIB nominal.
- Desde 2010, este rácio diminuiu aproximadamente 38 pontos percentuais em Portugal, que compara com a queda de 16 p.p. na área do Euro, no mesmo período.

* Crédito à totalidade do sector não monetário (saldos brutos em fim de mês).

Fonte: BCE, Eurostat

O crédito bancário representa aproximadamente 77% das necessidades de financiamento do sector privado na economia portuguesa.

Crédito bancário em % do total da Dívida e Dívida em % do PIB - Sector Privado* (2007-2015)

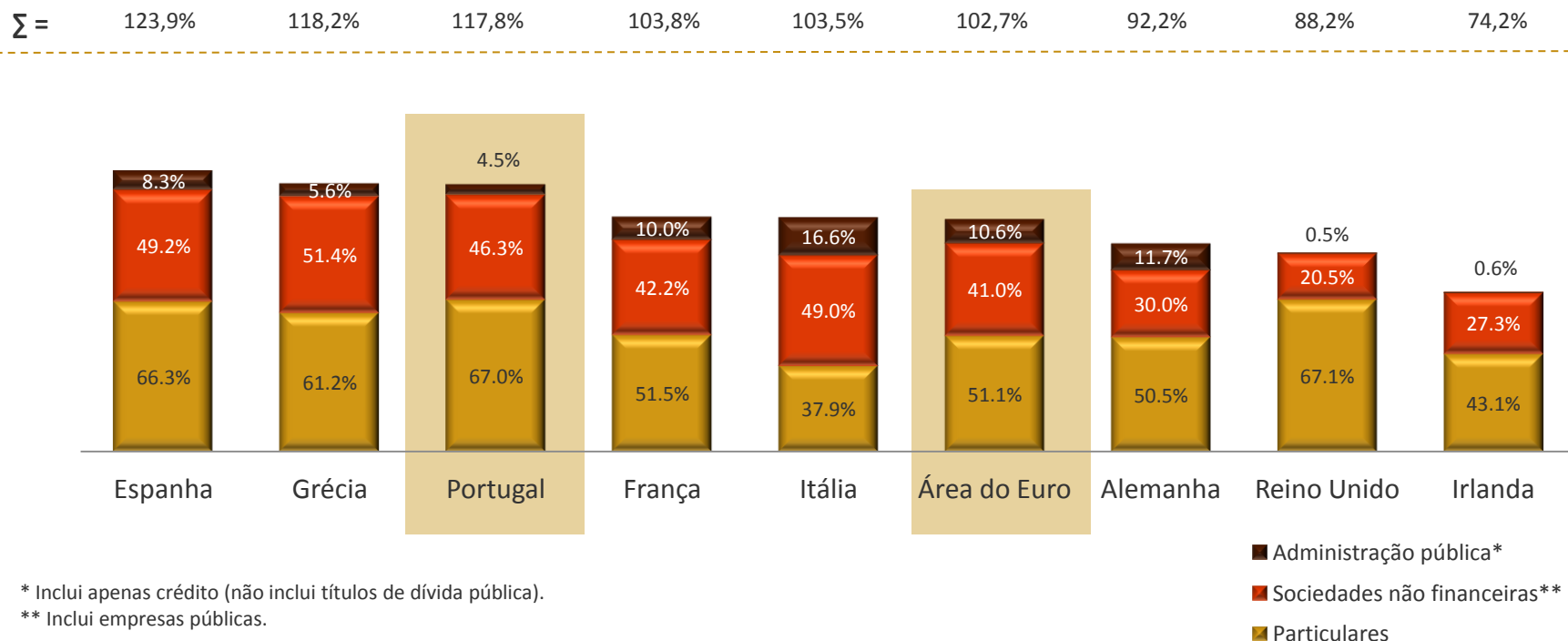


* Inclui particulares e sociedades não financeiras (saldos brutos em fim de mês).

Fonte: Banco de Portugal

O peso do *stock* de crédito a particulares e a sociedades não financeiras no PIB em Portugal é significativamente superior ao da área do Euro.

Peso do crédito a particulares, sociedades não financeiras e administração pública* no PIB (Dezembro 2015)



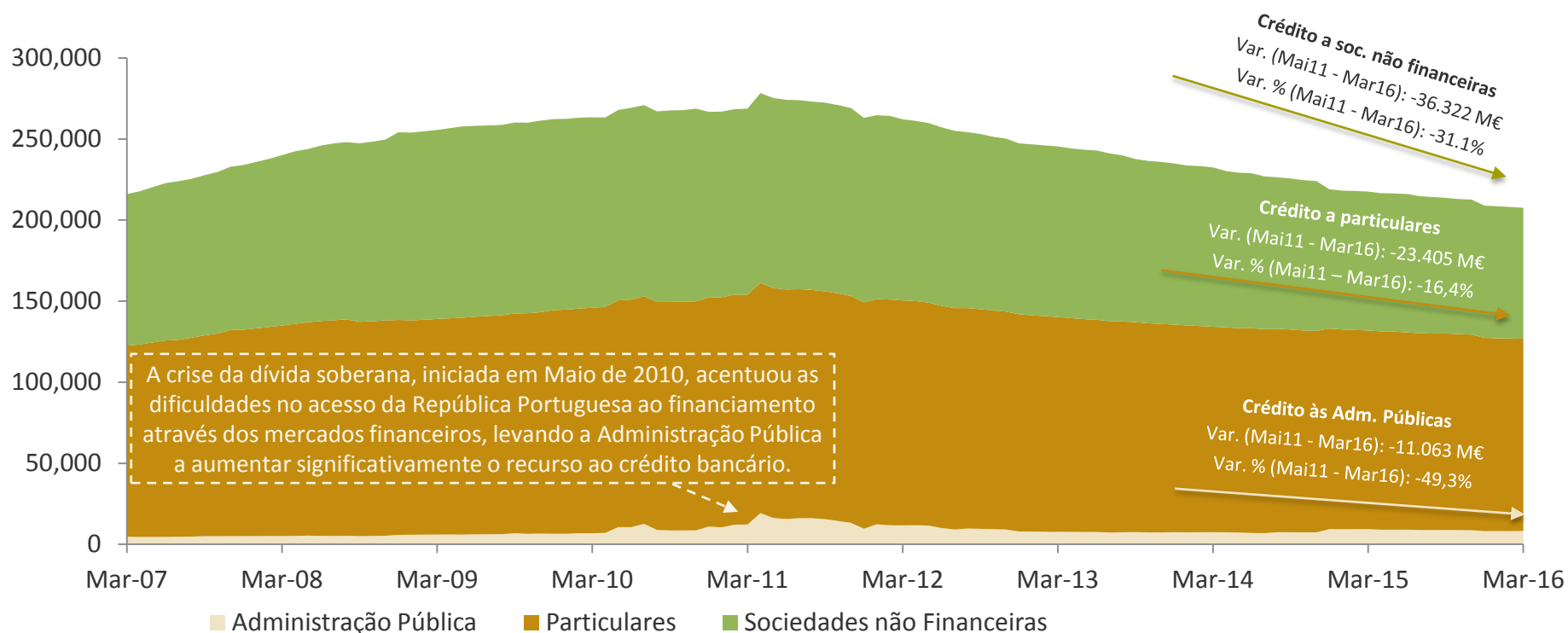
* Inclui apenas crédito (não inclui títulos de dívida pública).

** Inclui empresas públicas.

Fonte: Ameco, BCE

A contração do *stock* de crédito estendeu-se aos diferentes sectores institucionais, apresentando uma maior ênfase no segmento de SNFs.

Evolução do volume de crédito* por sector institucional (mil milhões de euros)

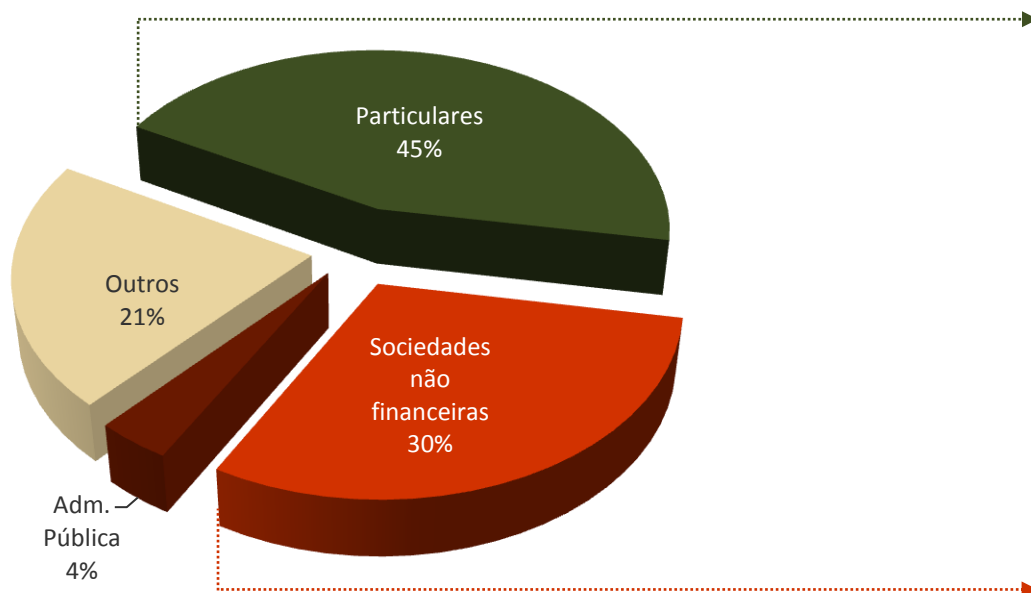


* Saldos brutos em fim de mês, inclui apenas crédito. Sociedades não financeiras incluem empresas públicas.

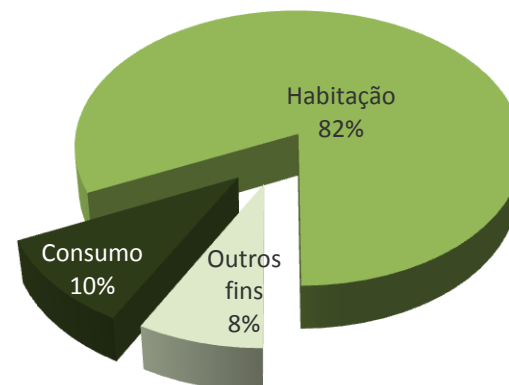
Fonte: Banco de Portugal

Se o volume de crédito a SNFs é maioritariamente dirigido aos sectores da construção e imobiliário, o crédito a particulares é sobretudo crédito à habitação.

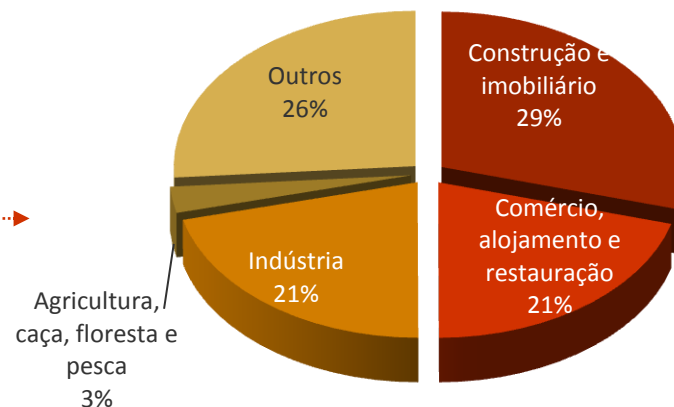
Crédito* (Março 2016)



Crédito a particulares



Crédito a sociedades não financeiras

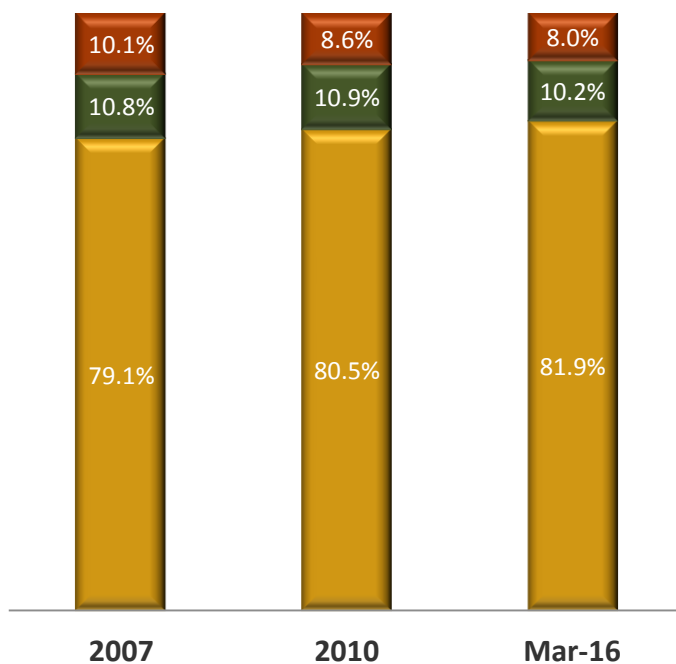


* Crédito aos sectores monetário e não monetário, incluindo não residentes (saldos brutos em fim de mês).

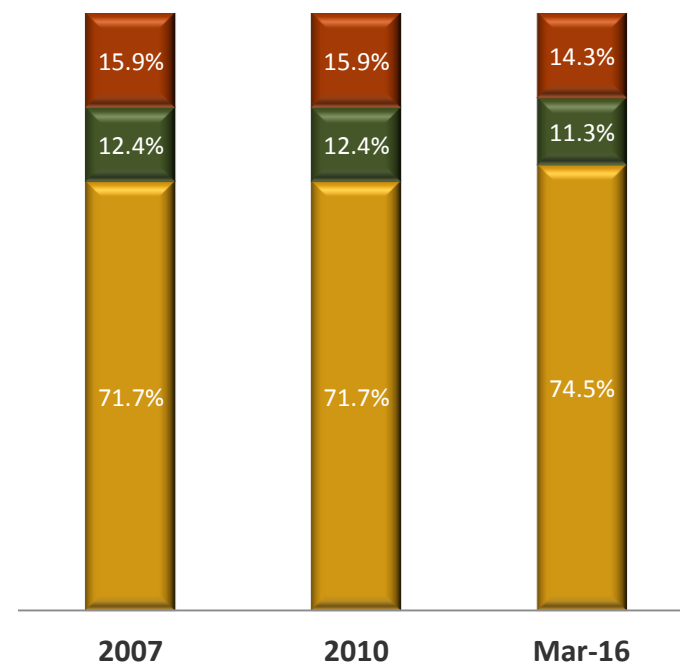
Fonte: Banco de Portugal

Em Portugal, a proporção do crédito à habitação no total do *stock* crédito concedido a particulares tem maior expressão do que na área do Euro.

Portugal



Área do Euro

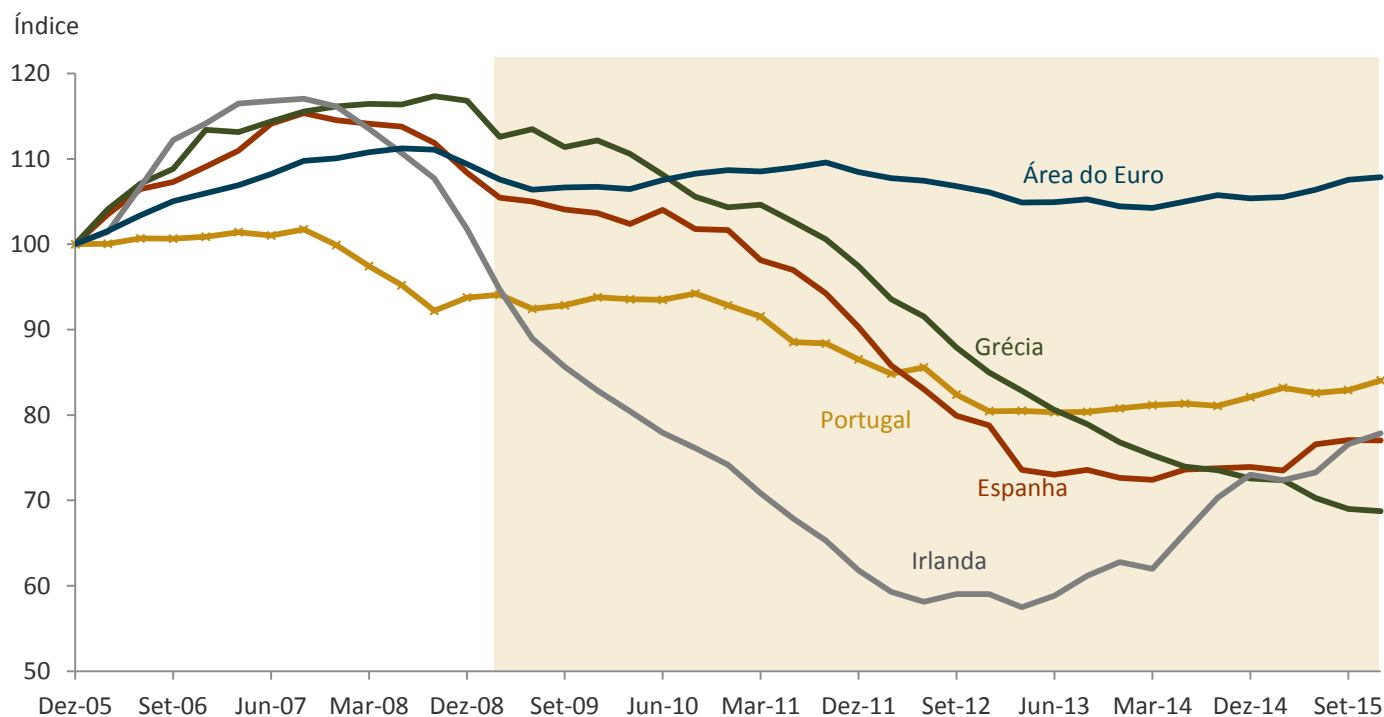


O peso do crédito ao consumo no total do stock de crédito concedido a particulares tem vindo a diminuir tanto em Portugal como na área do Euro. O crédito ao consumo tem, todavia, menor expressão no caso português.

■ Outros fins ■ Consumo ■ Habitação

A evolução dos preços da habitação nos países periféricos do Euro tem tido uma trajetória descendente, mostrando-se menos acentuada em Portugal.

Índice de preços da habitação, em Portugal e noutros países da área do Euro (Dez. 2005=100)



O sector imobiliário português não sofreu um *boom* especulativo no período anterior à crise, ao contrário do que aconteceu em Espanha, Irlanda e Grécia.

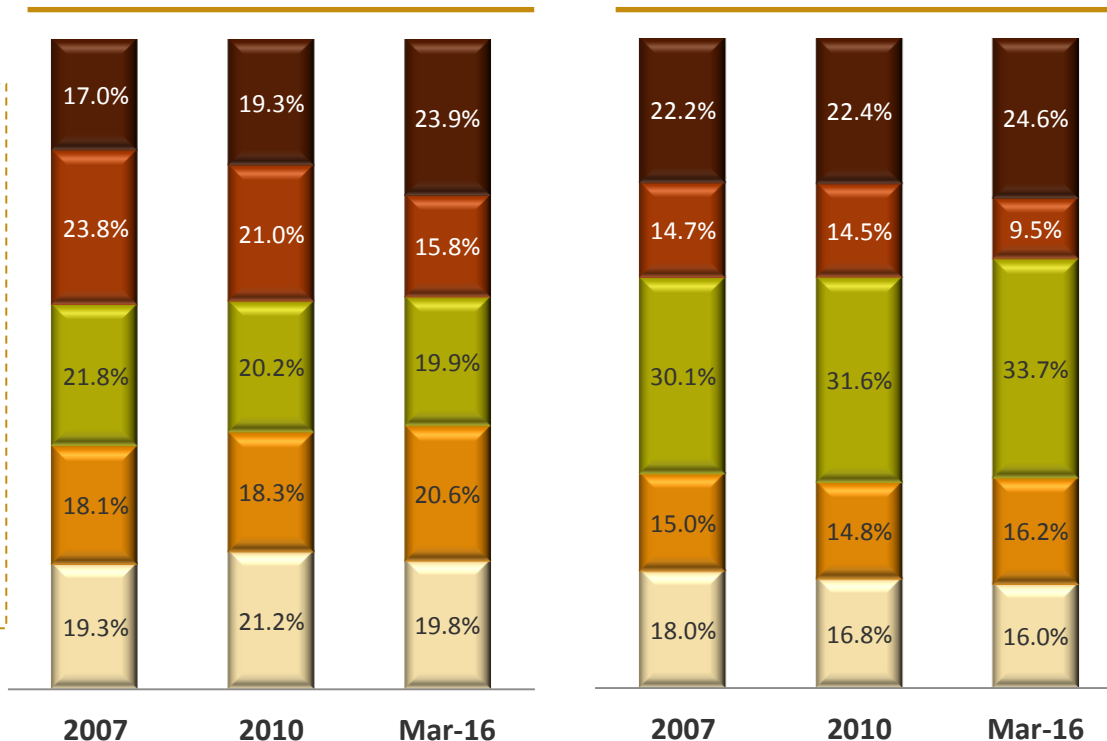
Em Portugal, a distribuição do *stock* de crédito a SNFs, por sector de atividade, tem sido mais equitativa do que na área do Euro.

Portugal

Área do Euro

Ao contrário do crédito ao comércio, alojamento e restauração, o crédito destinado à agricultura e indústria tem tido maior preponderância na área do Euro do que em Portugal. No entanto, a quota deste segmento no total do crédito a SNFs aumentou significativamente em Portugal nos últimos anos, aproximando-se dos valores europeus.

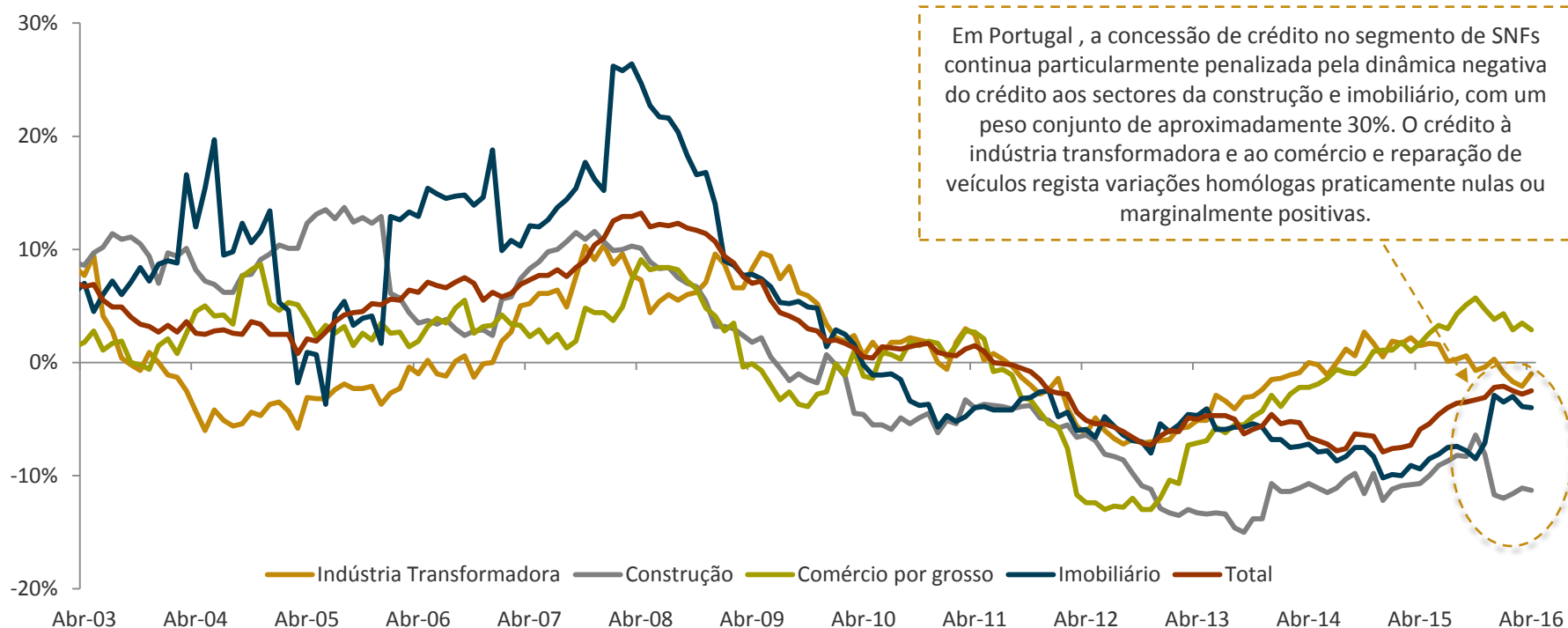
O peso agregado dos sectores da construção e do imobiliário tem vindo a diminuir desde 2007 em Portugal. Por oposição, na área do Euro, a proporção destes sectores aumentou até 2012, uma tendência que se inverteu no passado recente, devido à contração da atividade no sector da construção.



■ Outros ■ Comércio, alojamento e restauração ■ Atividades imobiliárias, de consultoria, técnicas e administrativas ■ Construção ■ Agricultura e indústria

O forte peso, e a respetiva tendência descendente do crédito, à construção e ao imobiliário tem penalizado o comportamento do crédito total à economia.

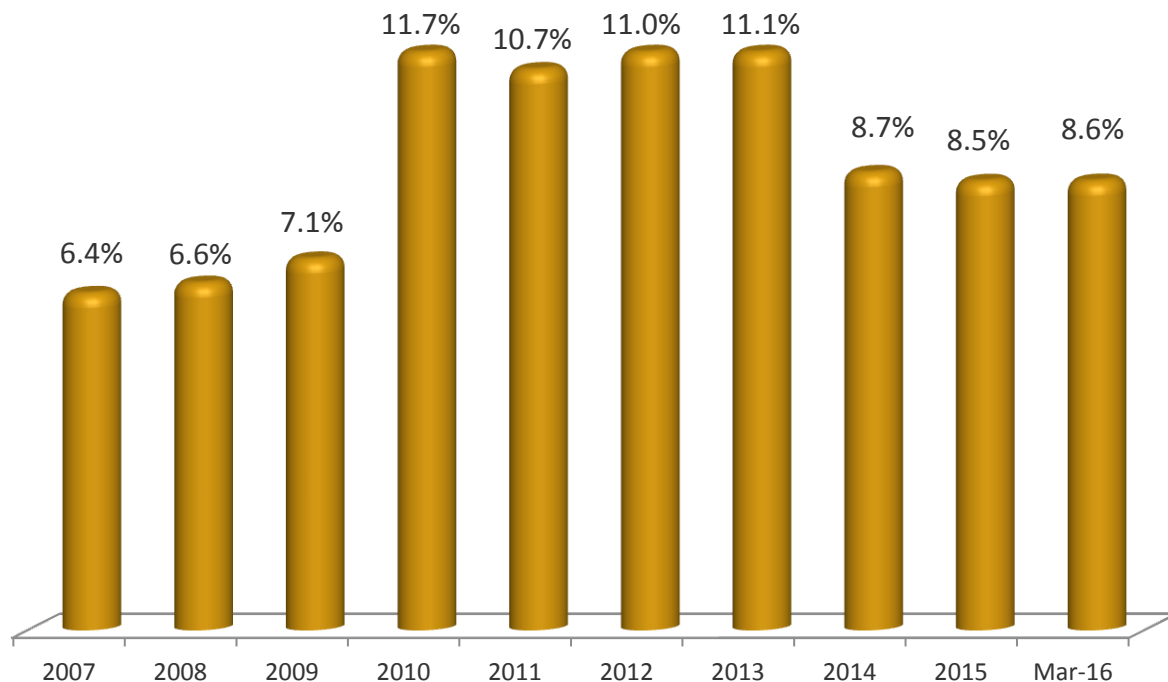
Evolução do crédito a Sociedades não financeiras: Sectores mais representativos (t.v.a. %)



Fonte: Banco de Portugal

As empresas públicas representam perto de 9% da dívida total das sociedades não financeiras ao sector financeiro residente.

Dívida das sociedades não financeiras públicas ao sector financeiro em Portugal*



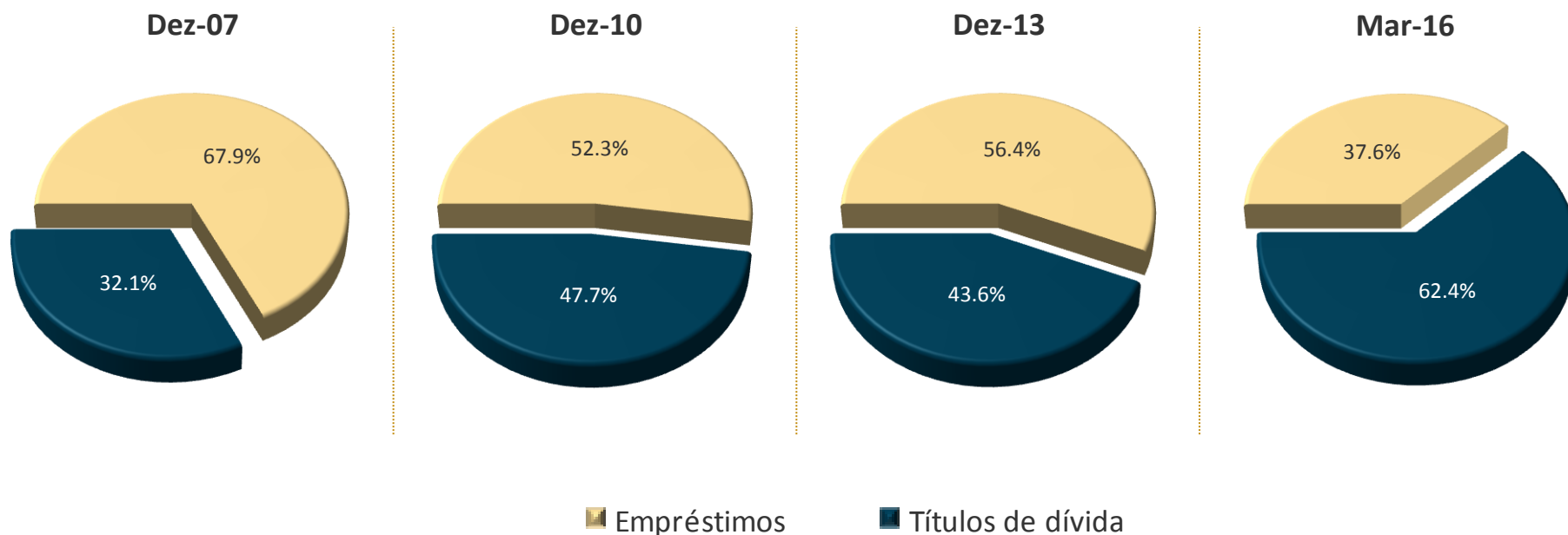
Em Portugal, a dívida do sector empresarial do Estado absorve uma parte significativa do total do financiamento a sociedades não financeiras. Este valor aumentou substancialmente desde 2009, fruto da crise da dívida soberana. Apesar da redução a partir de 2014, mantém-se ainda em níveis superiores aos verificados no período anterior a 2010.

* Em percentagem dos saldos de empréstimos contraídos e títulos de dívida emitidos por empresas não financeiras face ao sector financeiro residente. O conceito de sector financeiro residente inclui não apenas bancos, mas também outras instituições financeiras.

Fonte: Banco de Portugal

A dívida das empresas públicas ao sector financeiro residente sob a forma de títulos tem vindo a ganhar importância face aos empréstimos.

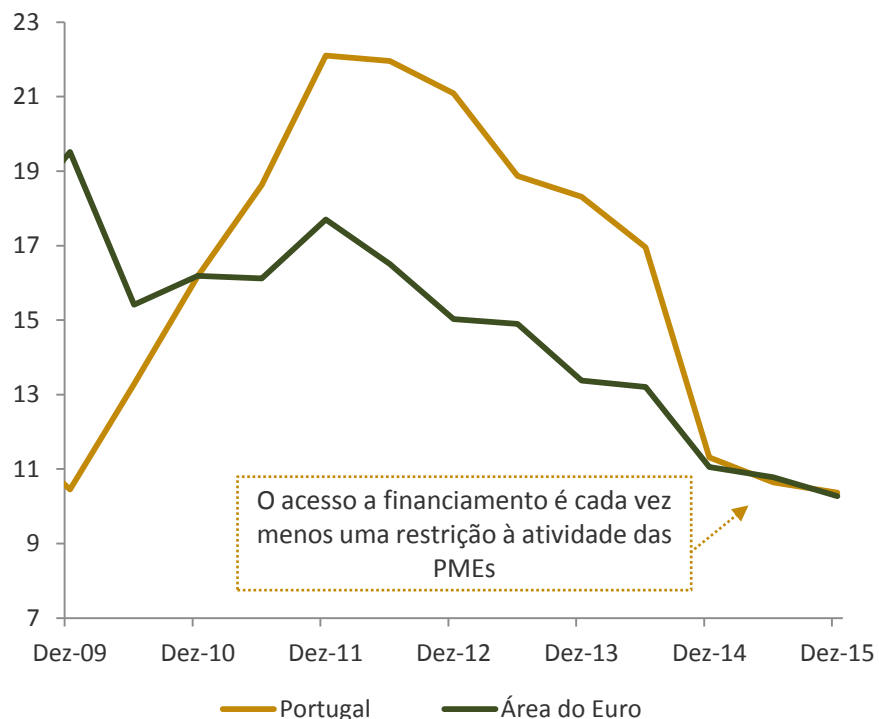
Dívida das sociedades não financeiras públicas ao sector financeiro em Portugal, por instrumento



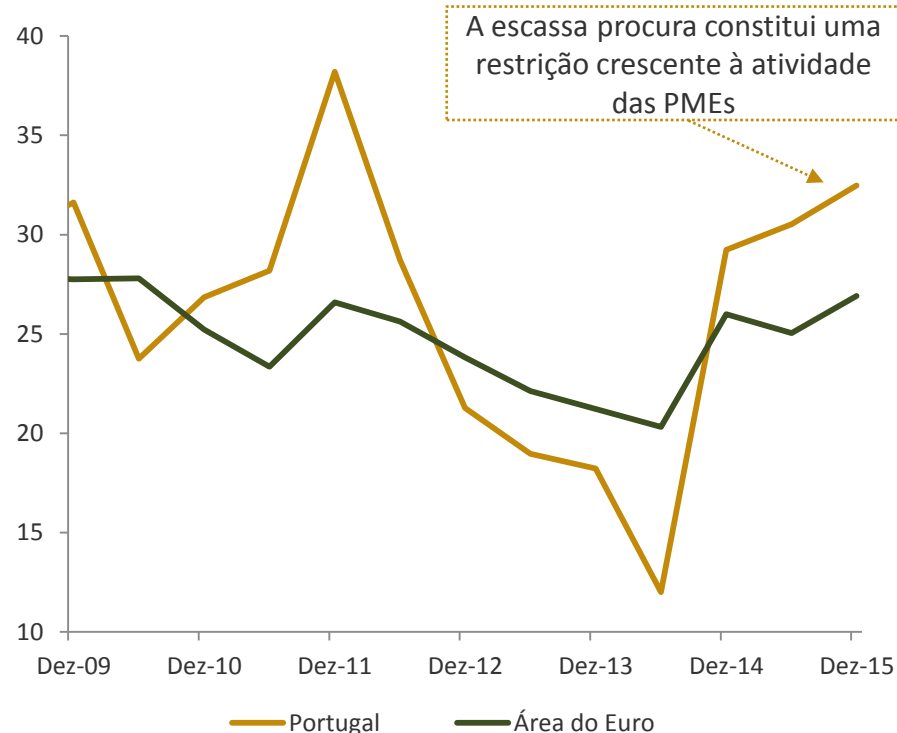
Fonte: Banco de Portugal

O acesso a financiamento constitui cada vez menos uma restrição à atividade das PME's, em oposição ao comportamento da procura.

Principais contrangimentos das PME's - Acesso a financiamento



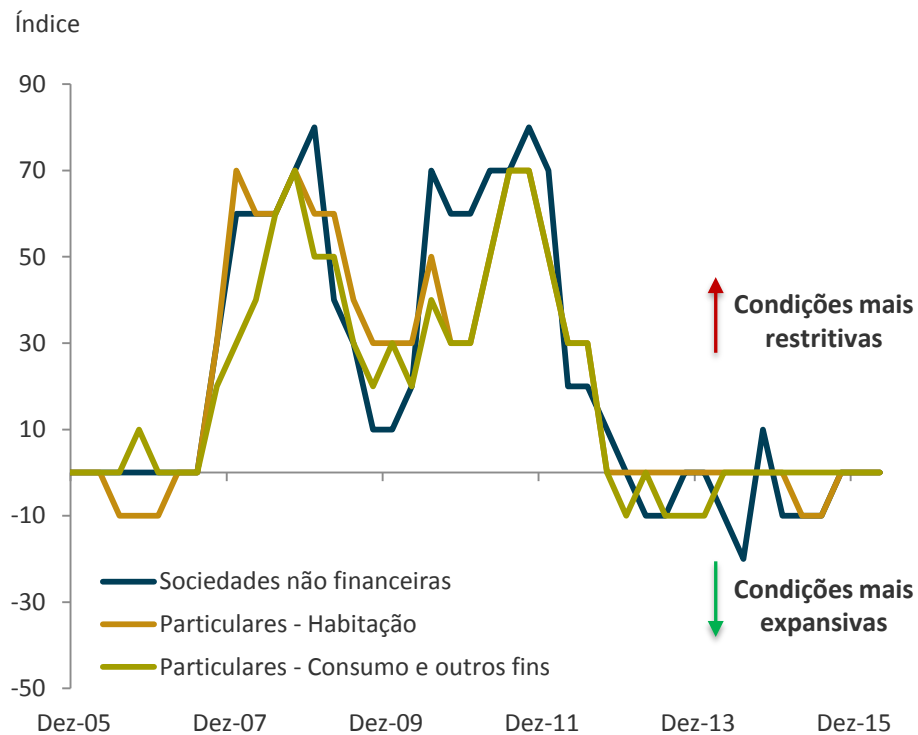
Principais contrangimentos das PME's - Nível reduzido da procura



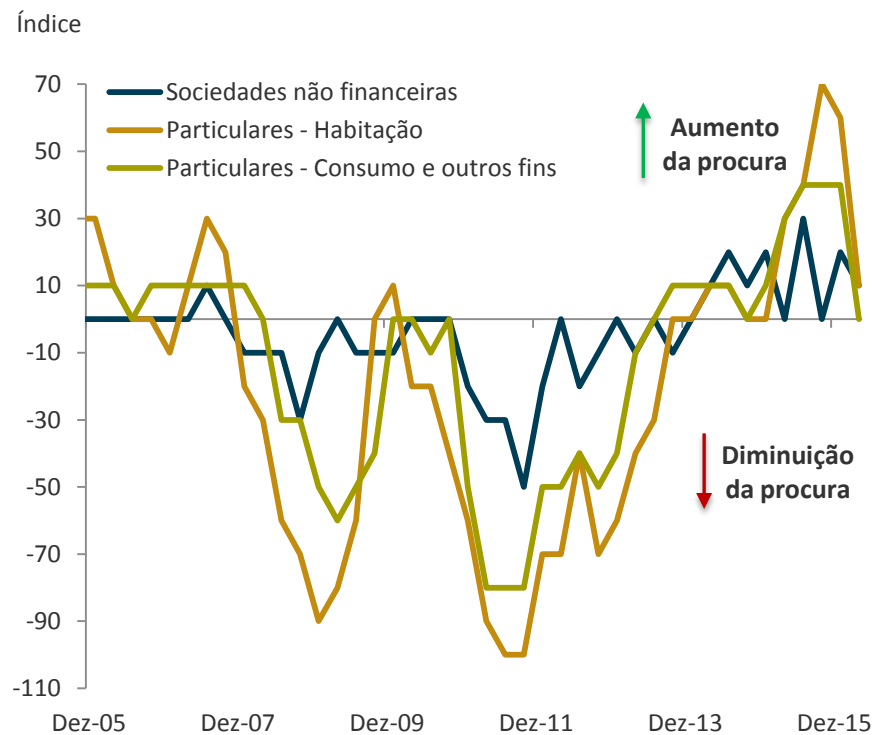
Fonte: BCE

A procura de crédito aumentou no 1º trimestre de 2016, embora a um ritmo inferior ao observado no passado recente. As condições de concessão de crédito permaneceram inalteradas.

Índice de difusão - Condições de Oferta de crédito



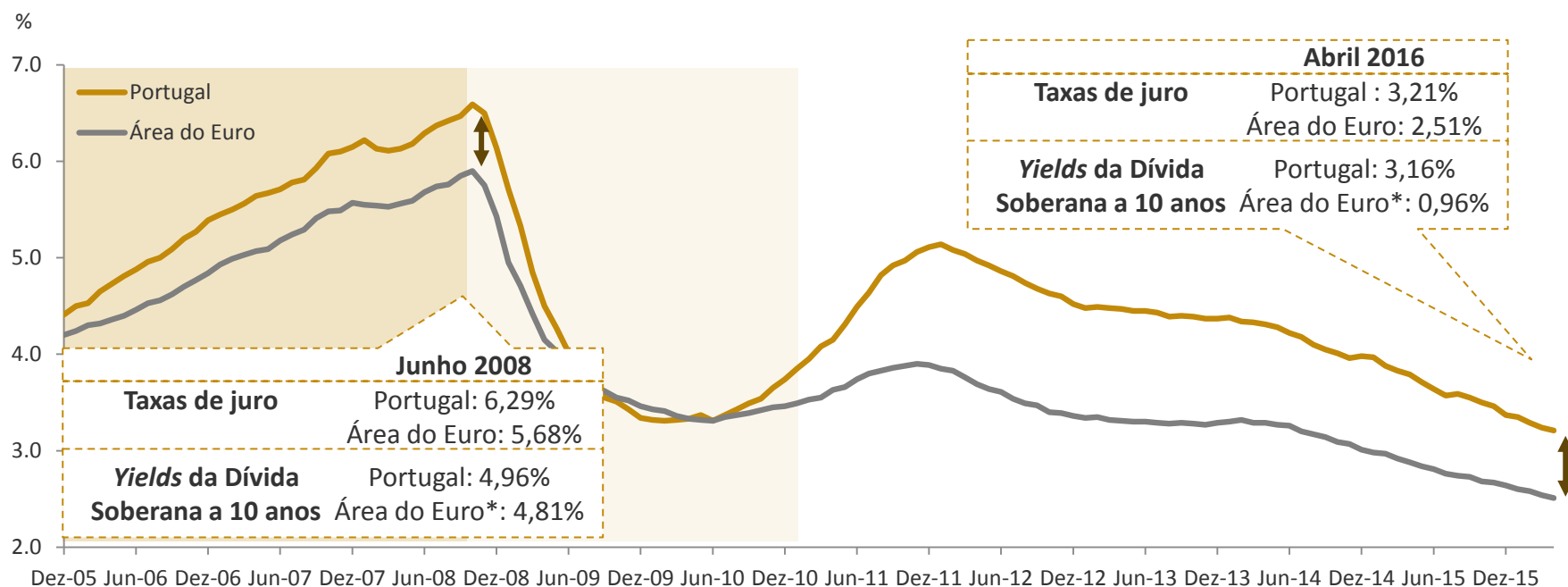
Índice de difusão - Procura de crédito



Fonte: Banco de Portugal (Inquérito aos bancos sobre o mercado de crédito)

O diferencial entre as taxas de juro médias dos empréstimos a SNFs em Portugal e na área do Euro aumentou depois do início da crise da dívida soberana.

Taxas de juro médias dos empréstimos de instituições financeiras monetárias (stock em balanço) a sociedades não financeiras

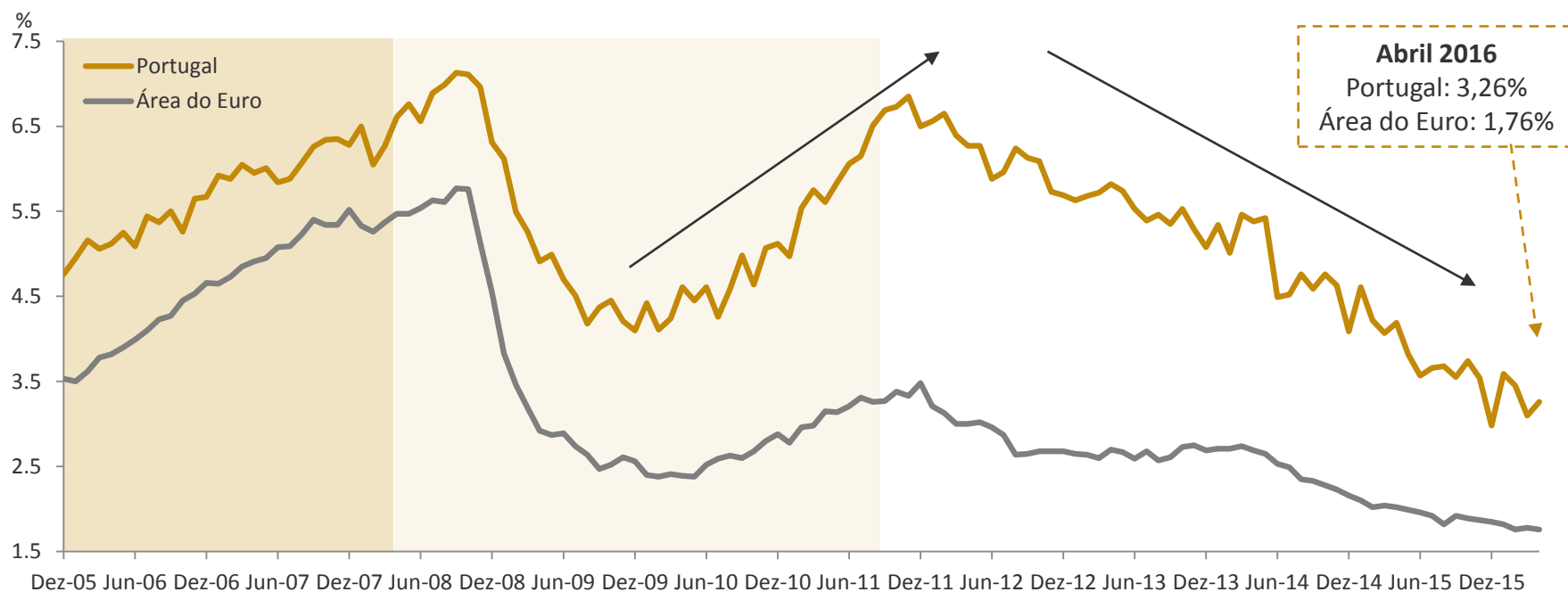


* Obrigação de Referência da área do Euro – Composição variável. Calculada como média ponderada das *yields* das dívidas soberanas dos países da área do Euro, utilizando os montantes remanescentes em dívida a 10 anos como ponderadores.

Fonte: BCE

As taxas de juro dos novos empréstimos a SNFs em Portugal aumentaram desde meados de 2009, mas têm vindo a decrescer desde o início de 2012.

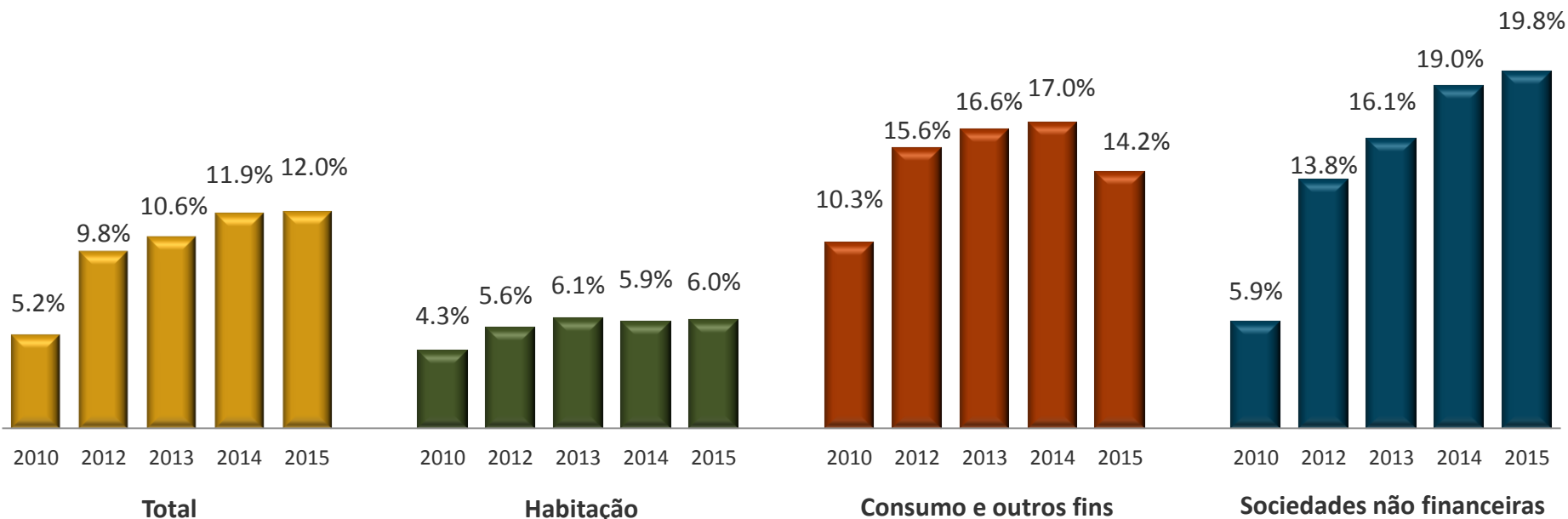
Taxas de juro médias dos empréstimos de instituições financeiras monetárias (novas operações) a sociedades não financeiras



Fonte: BCE

A qualidade do crédito concedido registou uma deterioração desde 2010, com particular destaque nos segmentos de crédito ao consumo e a sociedades não financeiras.

Crédito em risco* em % do crédito total correspondente

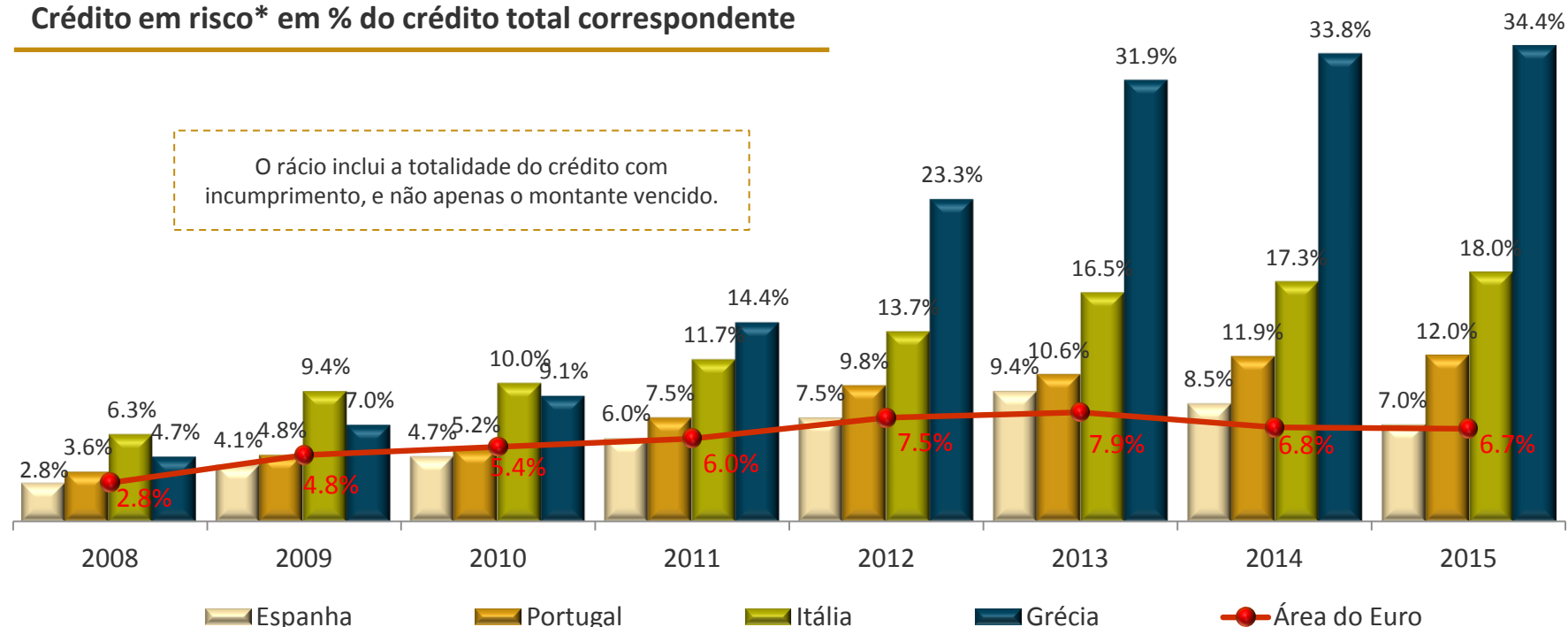


* Inclui o valor total em dívida: i) do crédito que tenha prestações de capital ou juros vencidos há mais de 90 dias; ii) dos créditos reestruturados, cujos pagamentos de capital ou juros, tendo estado vencidos por um período igual ou superior a 90 dias, tenham sido capitalizados, refinanciados ou postecipada a sua data de pagamento, sem que tenham sido adequadamente reforçadas as garantias constituídas ou integralmente pagos pelo devedor os juros e outros encargos vencidos; e iii) do crédito com prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação com crédito em risco.

Fonte: Banco de Portugal

O volume de crédito em risco evidenciou, nos últimos anos, uma tendência ascendente generalizada nos países da área do Euro, com particular incidência nos países periféricos.

Crédito em risco* em % do crédito total correspondente

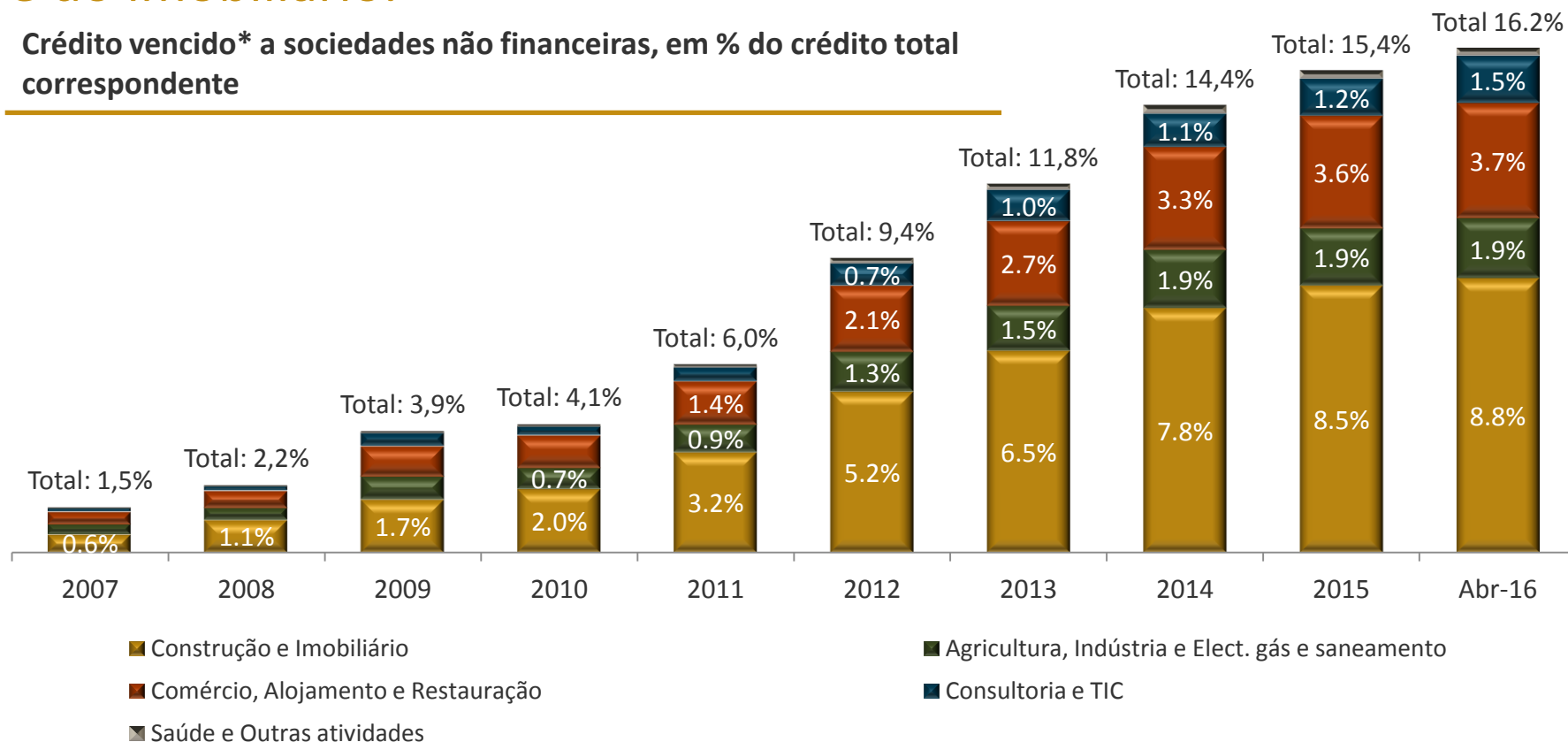


* Inclui o valor total em dívida: i) do crédito que tenha prestações de capital ou juros vencidos há mais de 90 dias; ii) dos créditos reestruturados, cujos pagamentos de capital ou juros, tendo estado vencidos por um período igual ou superior a 90 dias, tenham sido capitalizados, refinanciados ou postecipada a sua data de pagamento, sem que tenham sido adequadamente reforçadas as garantias constituídas ou integralmente pagos pelo devedor os juros e outros encargos vencidos; e iii) do crédito com prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação com crédito em risco.

Fonte: World Bank, FMI

A evolução do crédito vencido deve-se maioritariamente à deterioração da qualidade do crédito nos sectores da construção e do imobiliário.

Crédito vencido* a sociedades não financeiras, em % do crédito total correspondente



* Consideram-se créditos vencidos os créditos por regularizar no prazo máximo de 30 dias após o seu vencimento

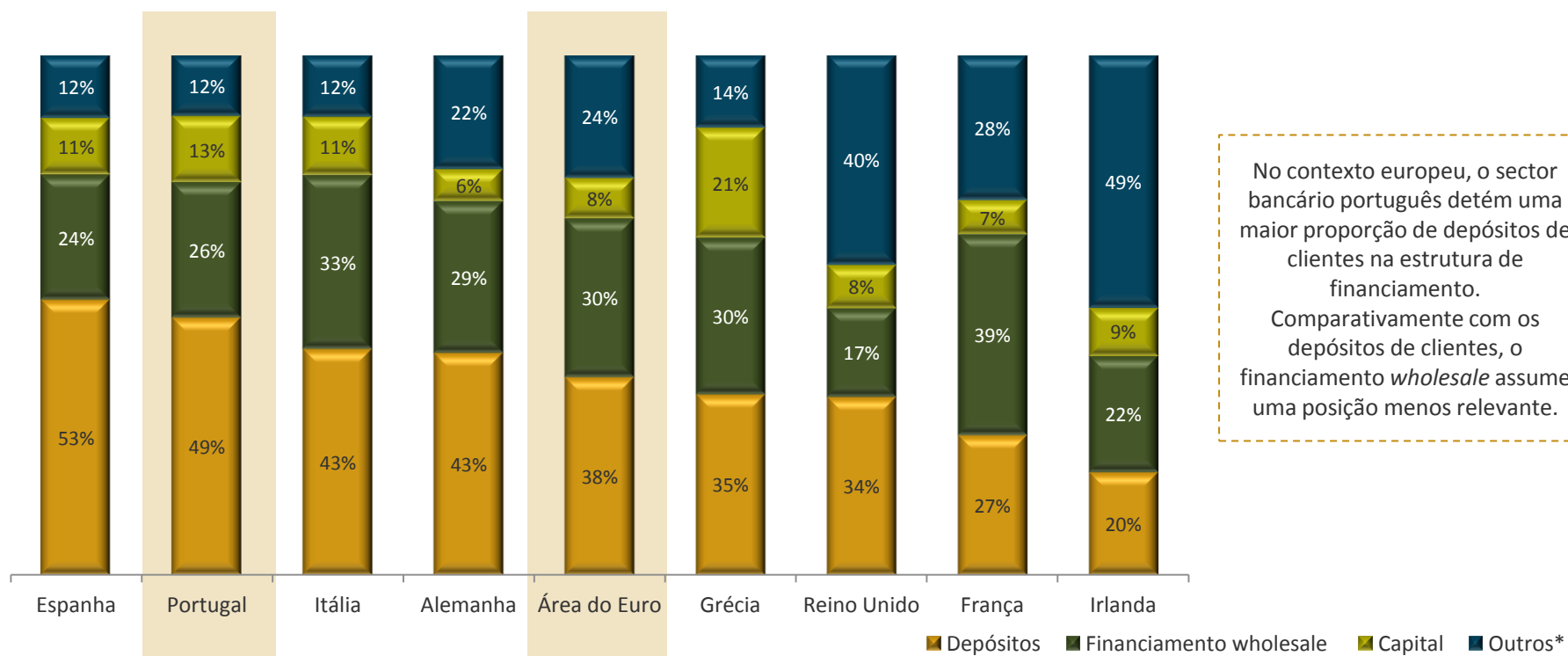
Fonte: Banco de Portugal

OVERVIEW DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS

III. Financiamento

Os depósitos de clientes constituem a principal de financiamento dos bancos portugueses.

Comparação da estrutura de financiamento dos bancos portugueses com a de outros países da União Europeia (Março 2016)



No contexto europeu, o sector bancário português detém uma maior proporção de depósitos de clientes na estrutura de financiamento. Comparativamente com os depósitos de clientes, o financiamento *wholesale* assume uma posição menos relevante.

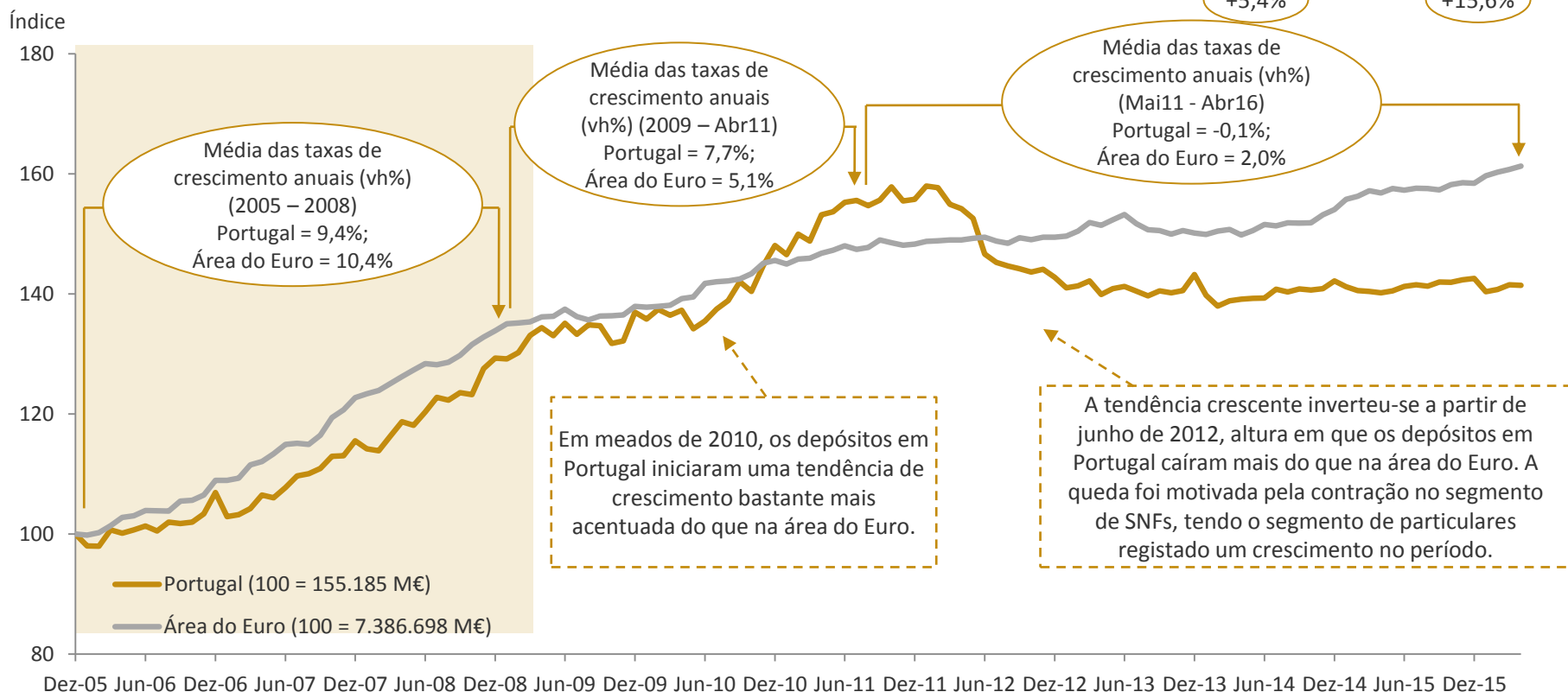
* Inclui responsabilidades com entidades não residentes na área do Euro, exceto para o Reino Unido em que inclui responsabilidades com não residentes no país.

Fonte: BCE

O volume dos depósitos da área do Euro e de Portugal tem-se mantido relativamente constante.

Evolução dos depósitos* (Dez. 2005=100)

	Portugal	Área do Euro
Mai. 10	208.241 M€	10.304.518 M€
Mai. 12	236.799 M€	11.026.967 M€
Abr. 16	219.507 M€	11.915.344 M€
	+5,4%	+15,6%



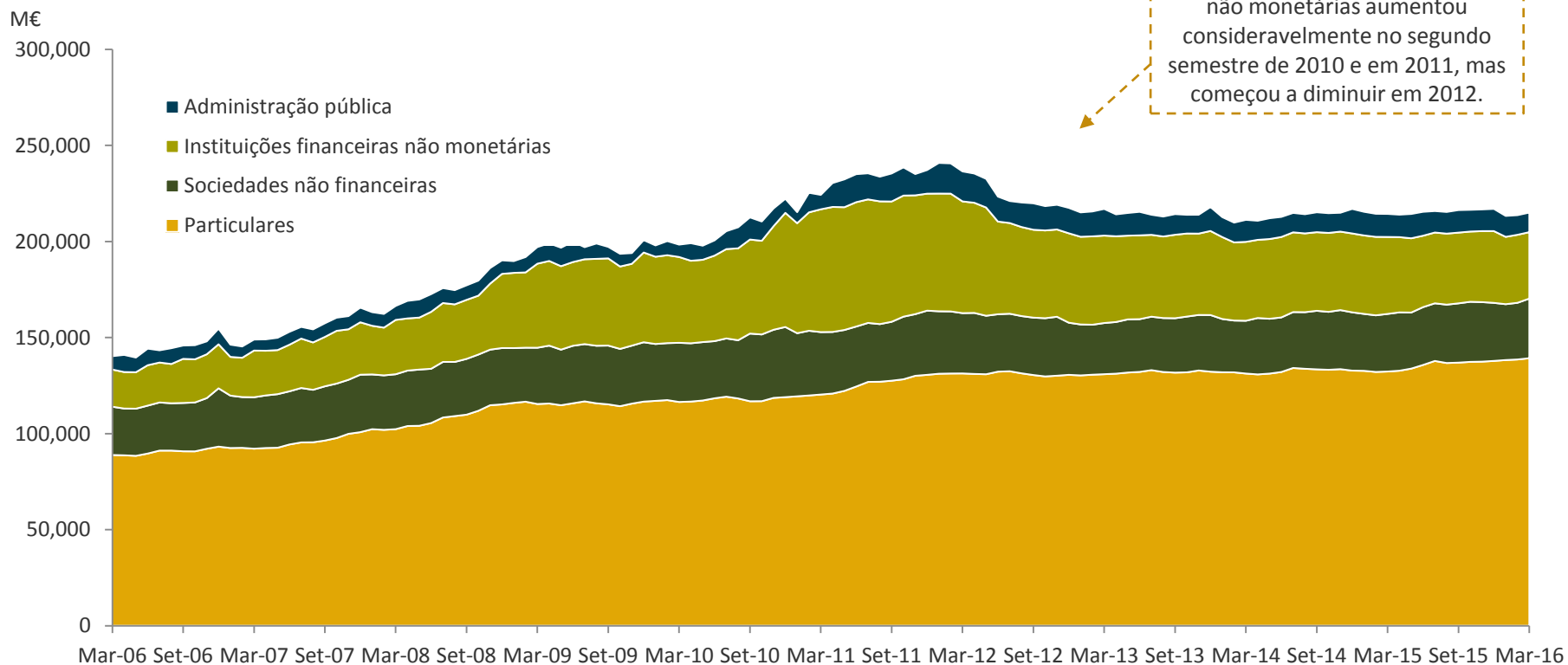
Dez-05 Jun-06 Dez-06 Jun-07 Dez-07 Jun-08 Dez-08 Jun-09 Dez-09 Jun-10 Dez-10 Jun-11 Dez-11 Jun-12 Dez-12 Jun-13 Dez-13 Jun-14 Dez-14 Jun-15 Dez-15

* Depósitos do sector não monetário (saldos em fim de período).

Fonte: BCE

Em Portugal, os depósitos são maioritariamente detidos por particulares e o seu peso tem vindo a aumentar.

Evolução dos depósitos* em Portugal, por sector institucional

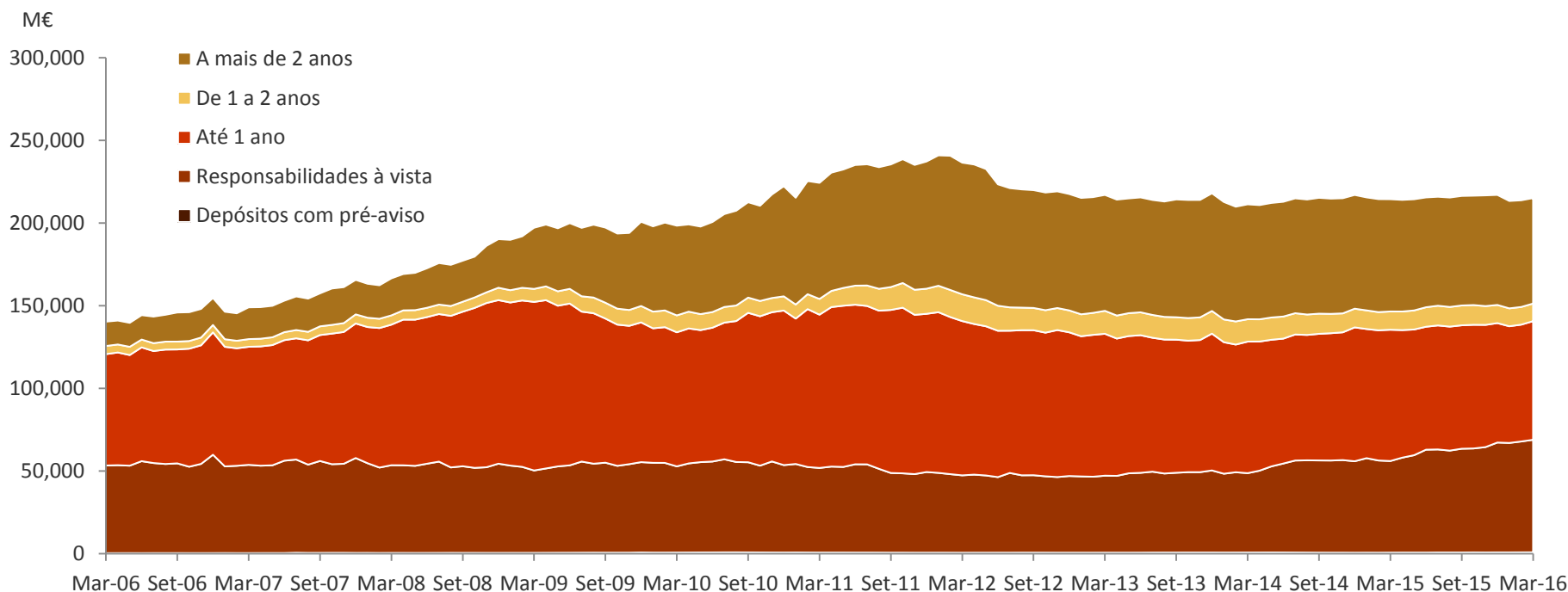


* Depósitos do sector não monetário (saldos em fim de período).

Fonte: Banco de Portugal

Os depósitos com maturidade inferior a um ano são os que têm maior expressão, apesar do recente crescimento verificado nos depósitos com prazos mais longos.

Evolução dos depósitos* em Portugal, por prazo

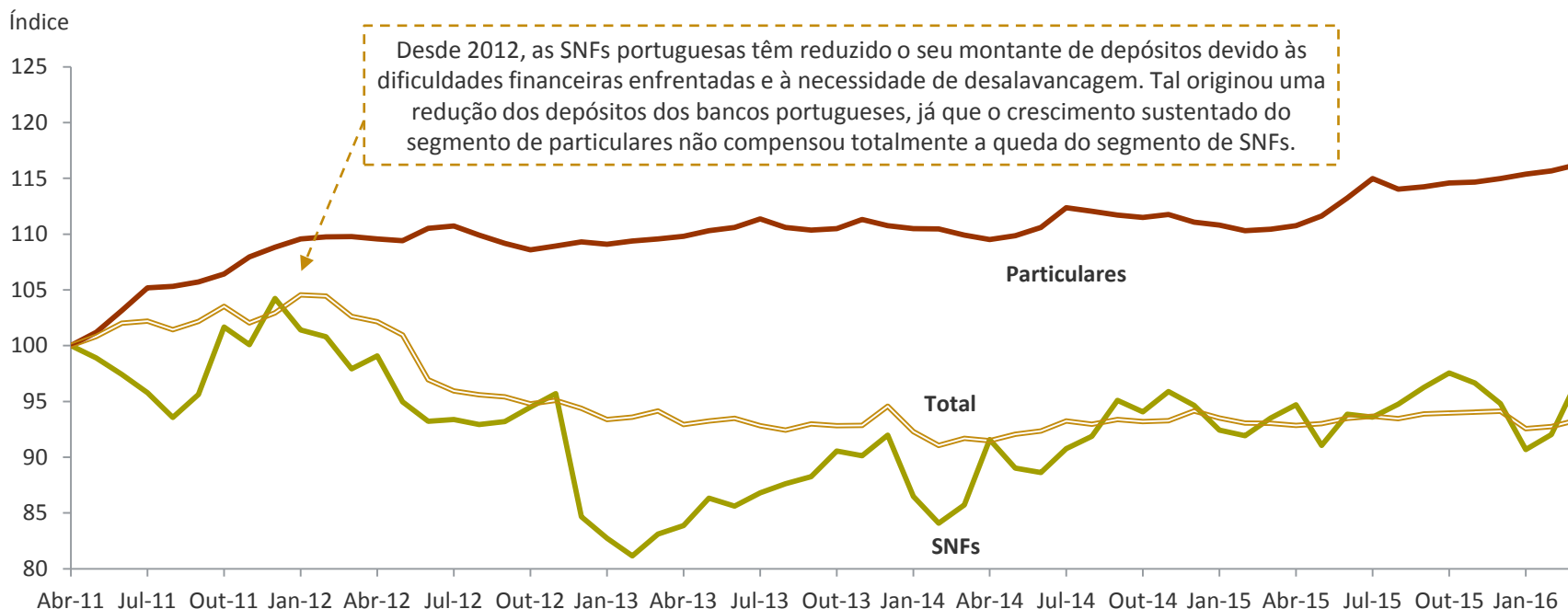


* Depósitos do sector não monetário (saldos em fim de período).

Fonte: Banco de Portugal

Apesar da austeridade imposta pelo PAEF em Portugal, os depósitos de particulares aumentaram, tendo atingido o seu valor mais elevado de sempre em março de 2016.

Evolução dos depósitos* em Portugal, por sector institucional (Abr. 2011 = 100)



* Depósitos do sector não monetário (saldos em fim de período). Inclui emigrantes.

Fonte: Banco de Portugal

As rentabilidades atrativas dos certificados de aforro estimularam o seu crescimento desde 2013, coincidindo com uma redução das unidades de participação em fundos de investimento.

Taxas de crescimento dos depósitos, unidades de participação em fundos de investimento e certificados de aforro detidos por particulares, em Portugal (vh%)

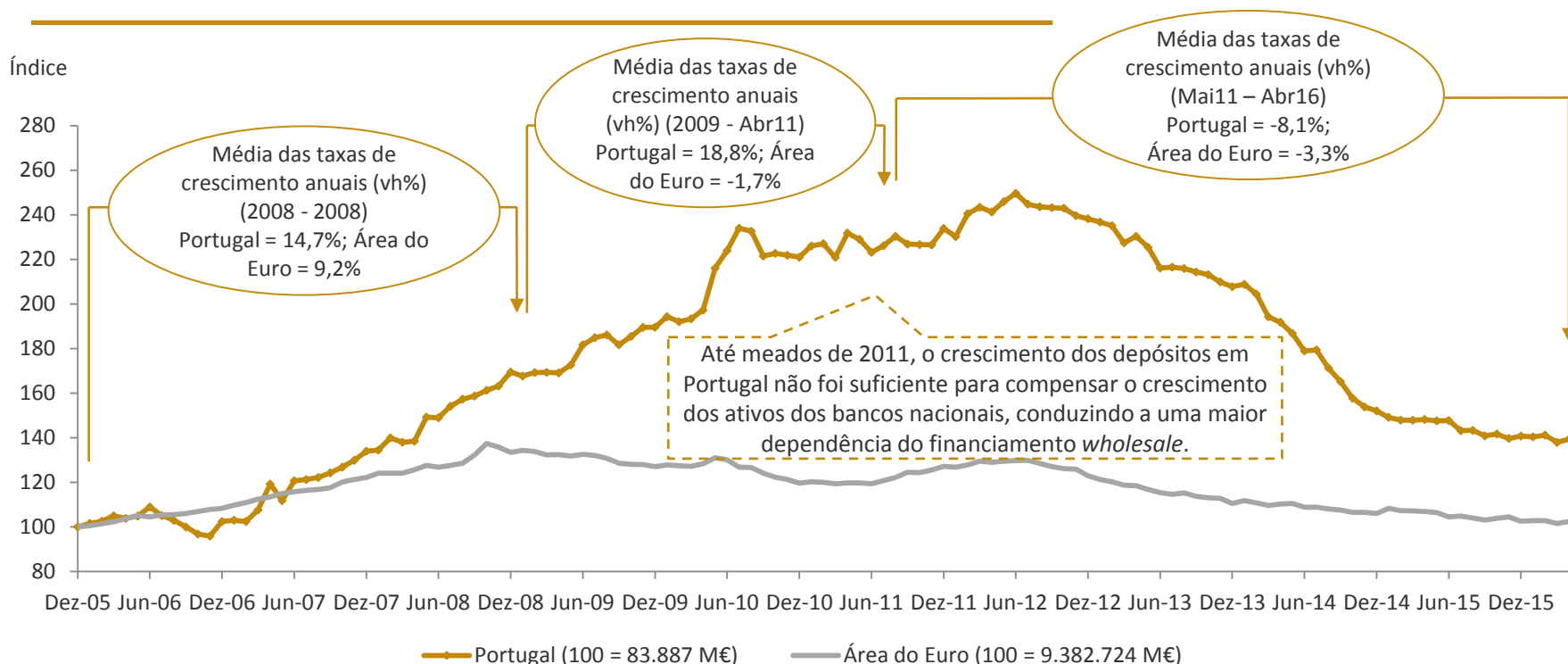


* Inclui fundos de ações, de obrigações, de tesouraria, do mercado monetário, de poupança reforma, de poupança em ações, de fundos e mistos.

Fonte: Banco de Portugal

O recurso ao financiamento *wholesale* pelos bancos portugueses cresceu a um ritmo superior ao da área do Euro até 2012, uma tendência que se inverteu nos últimos anos

Evolução do financiamento *wholesale** (Dez. 2005=100)

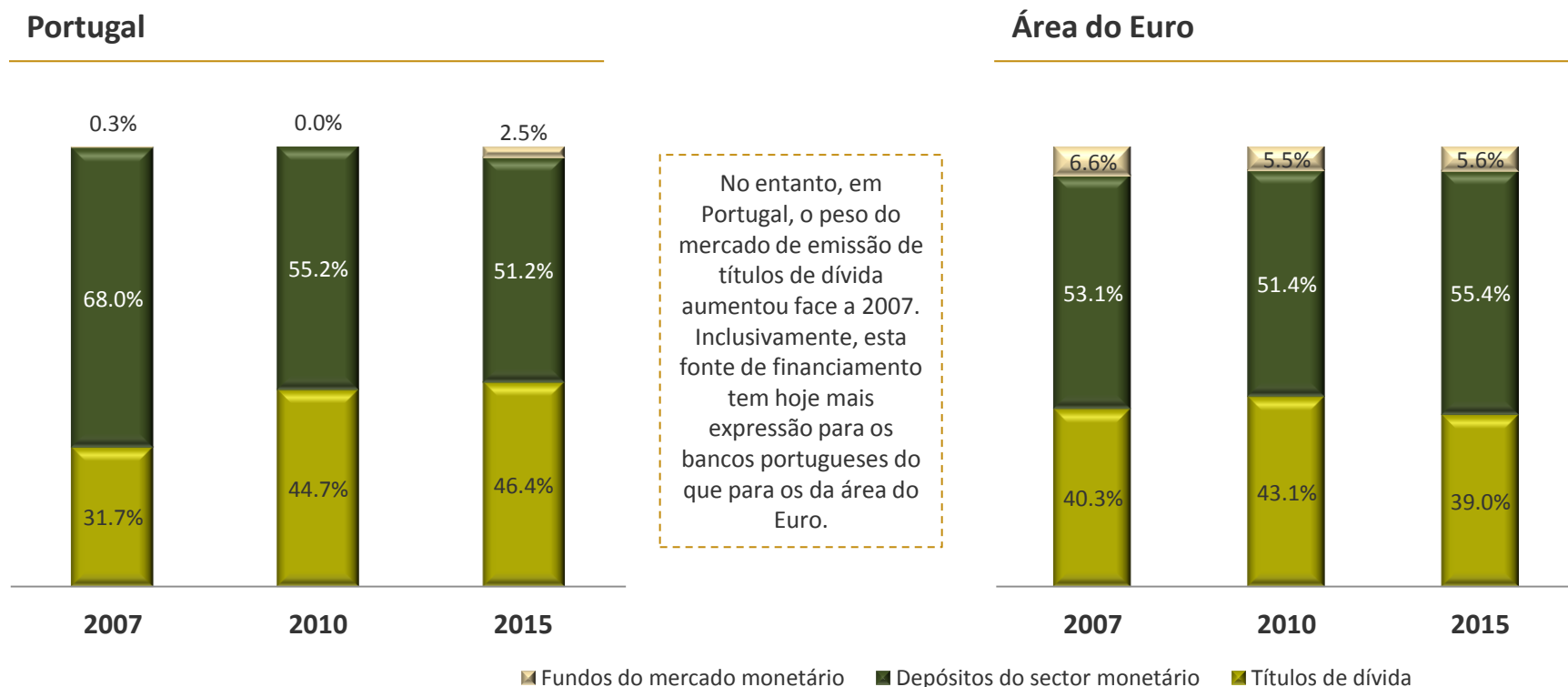


* O financiamento *wholesale* inclui os depósitos do setor monetário, títulos de dívida emitidos e fundos do mercado monetário (saldos em fim de período).

Fonte: BCE

Os depósitos do sector monetário são a principal componente do financiamento *wholesale* do sector bancário nacional, à semelhança do verificado na área do Euro.

Estrutura do financiamento *wholesale*, por tipo de instrumento

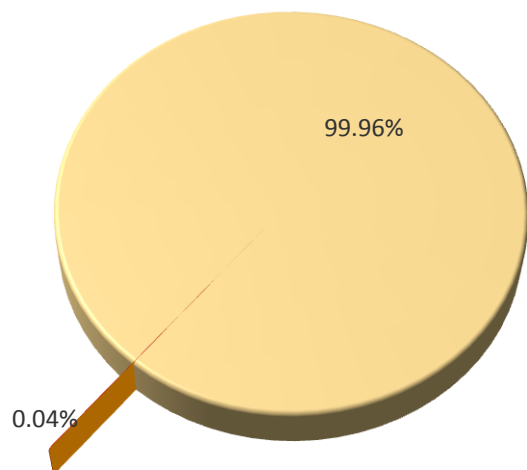


Fonte: BCE

Tanto em Portugal como na área do Euro, os títulos de dívida emitidos pelos bancos são predominantemente de longo prazo, embora com maior expressão na realidade nacional.

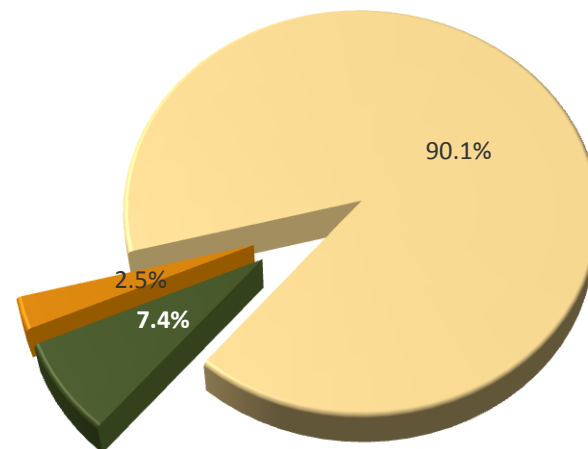
Estrutura dos títulos de dívida, por maturidade na data de emissão (Abril 2016)

Portugal



O peso das emissões de dívida com maturidade até dois anos tem evidenciado uma tendência decrescente no passado recente. O seu peso é apenas residual no contexto do sector bancário português, o que contrasta com a representatividade das emissões de curto prazo na área do Euro.

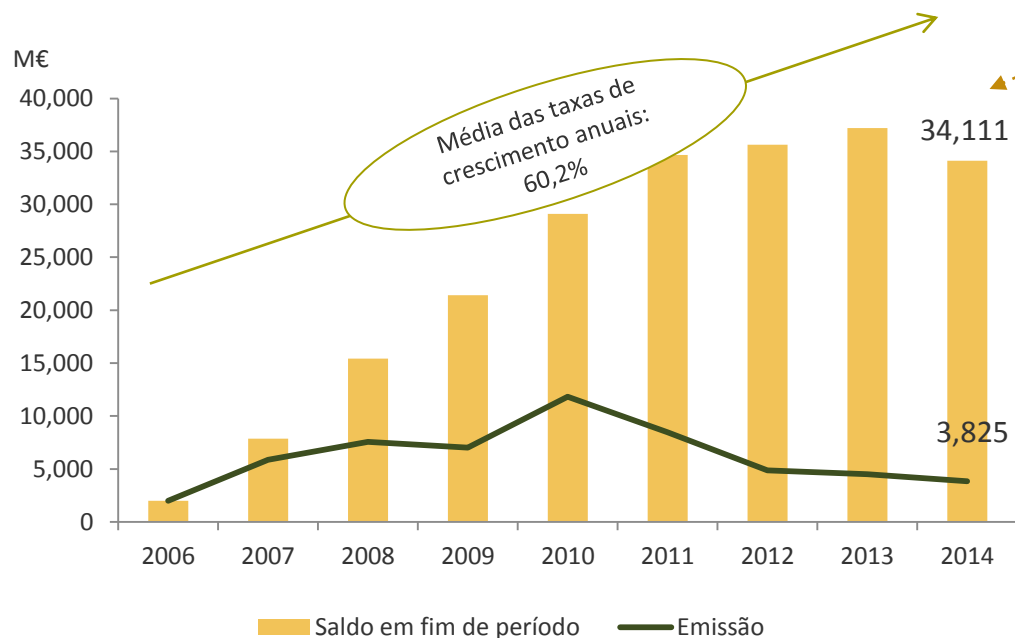
Área do Euro



■ Até 1 ano ■ De 1 a dois anos ■ A mais de 2 anos

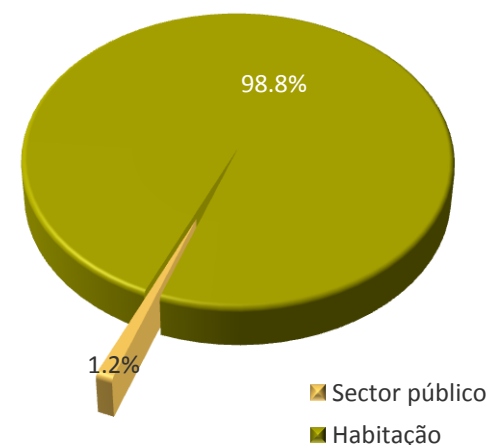
Até 2011, as *covered bonds* ganharam importância como fonte de financiamento dos bancos portugueses. No entanto, mais recentemente, o montante emitido diminuiu.

Emissão e saldos de *covered bonds* em Portugal



No final de 2014, o saldo de *covered bonds* representava cerca de 7,3% do financiamento dos bancos portugueses.

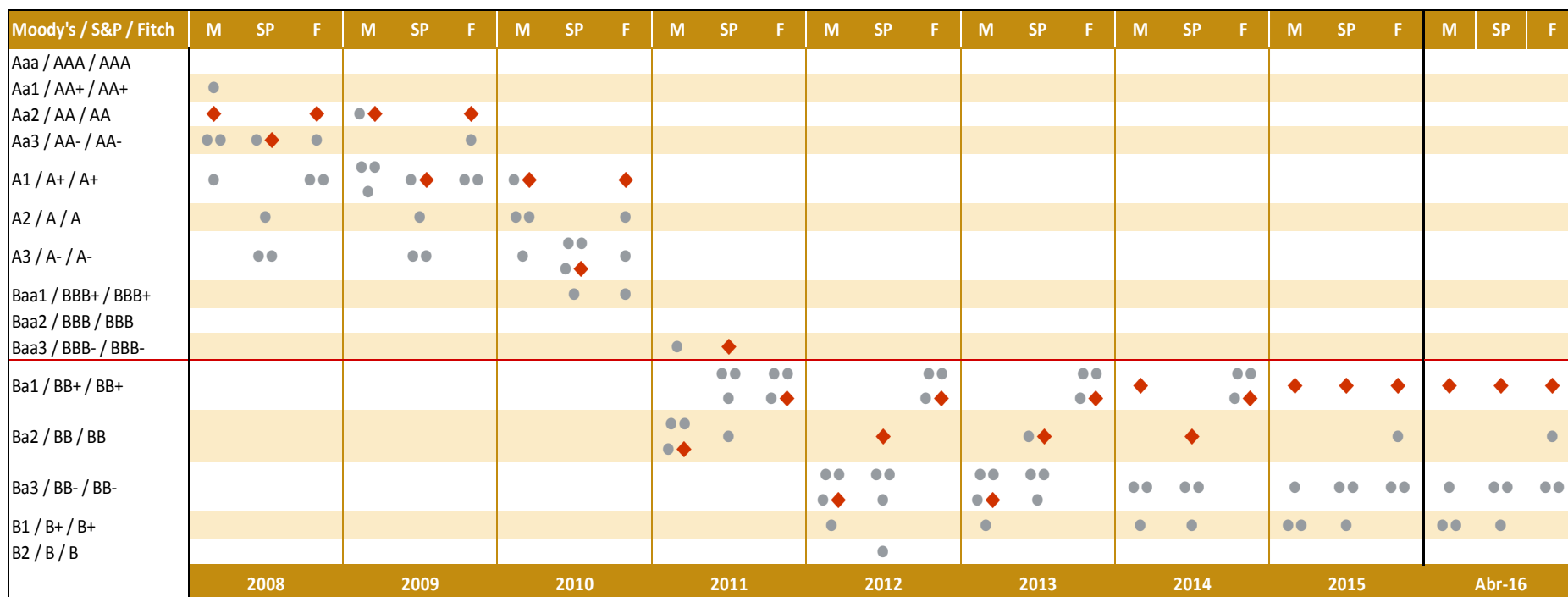
Covered bonds por tipo de ativo subjacente (2014)



Fonte: BCE, European Covered Bond Council, Factbook, 2014

Os *downgrades* do risco da República Portuguesa afetaram negativamente os *ratings** dos bancos portugueses.

Evolução dos ratings da República Portuguesa e dos bancos portugueses pela Moody's, pela S&P e pela Fitch

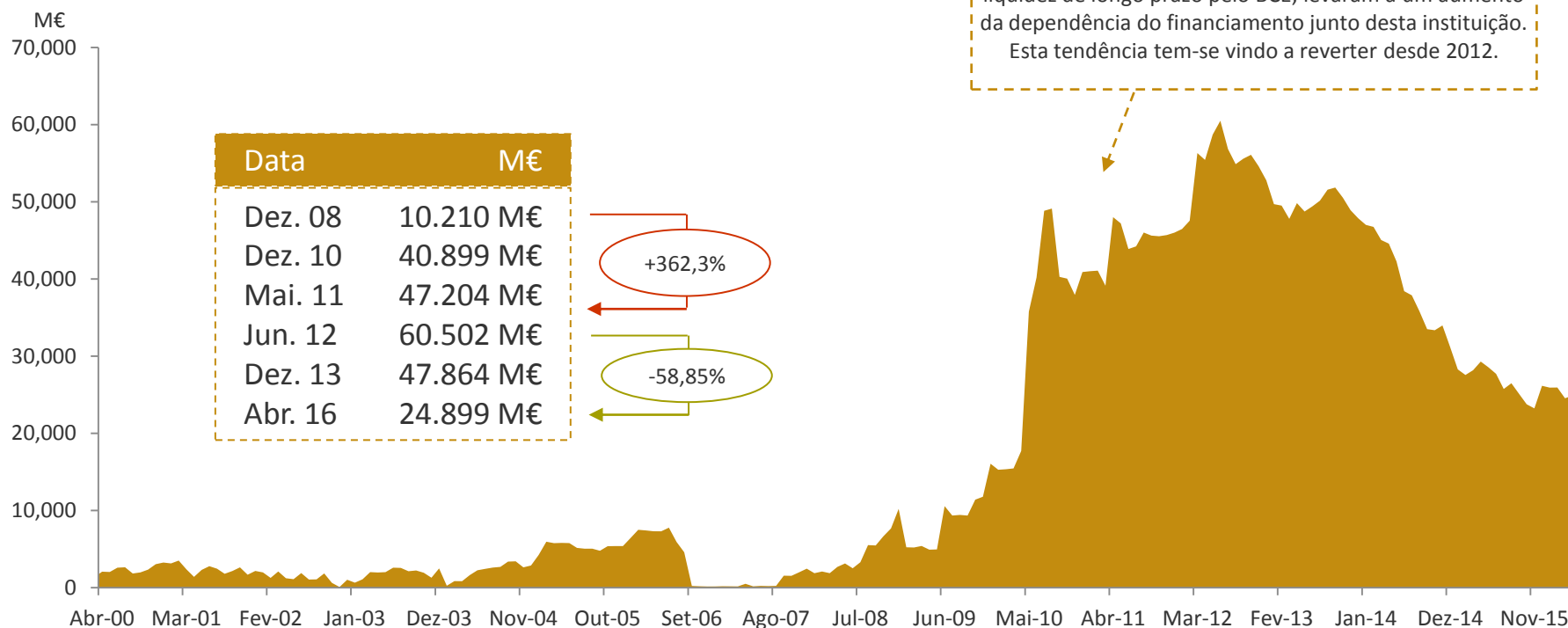


- ◆ República Portuguesa
- Bancos Portugueses (CGD, BCP, BPI e BES até 2013)

*Em fim de período.

O volume das operações de cedência de liquidez do BCE aos bancos portugueses tem vindo a decrescer de forma sustentada desde junho de 2012.

Operações de cedência de liquidez do Banco Central Europeu*



* Saldos em fim de período.

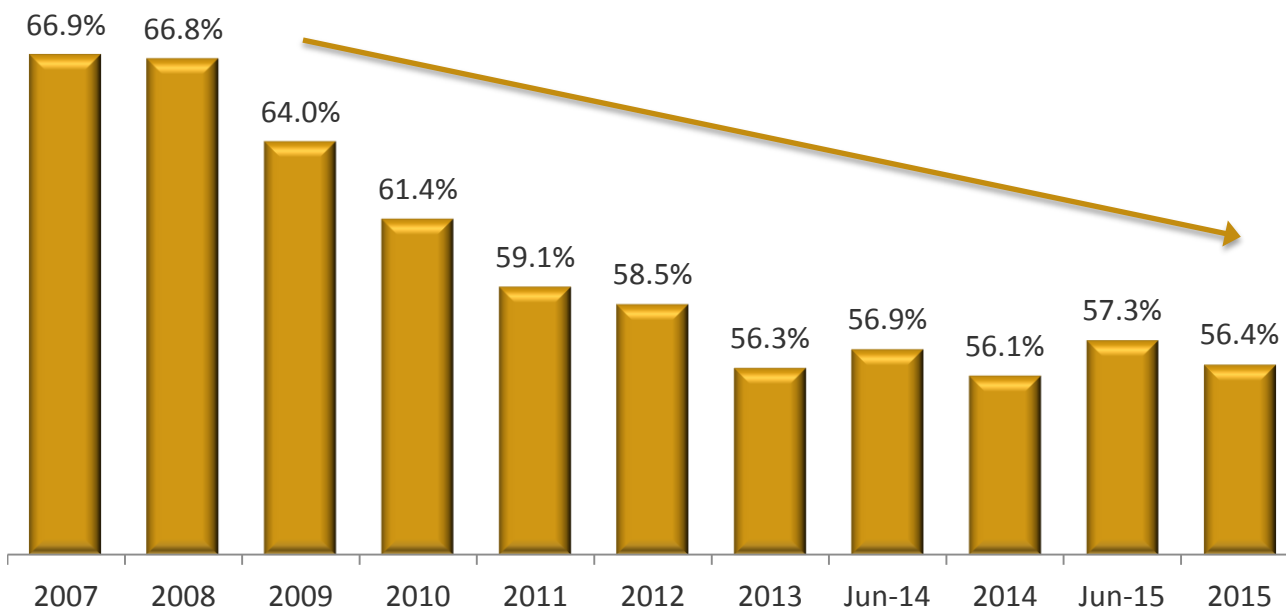
Fonte: Banco de Portugal

OVERVIEW DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS

IV. Solvabilidade

O nível de risco dos ativos dos bancos portugueses tem vindo a diminuir ao longo dos últimos anos.

Ativos ponderados pelo risco em proporção dos ativos totais*



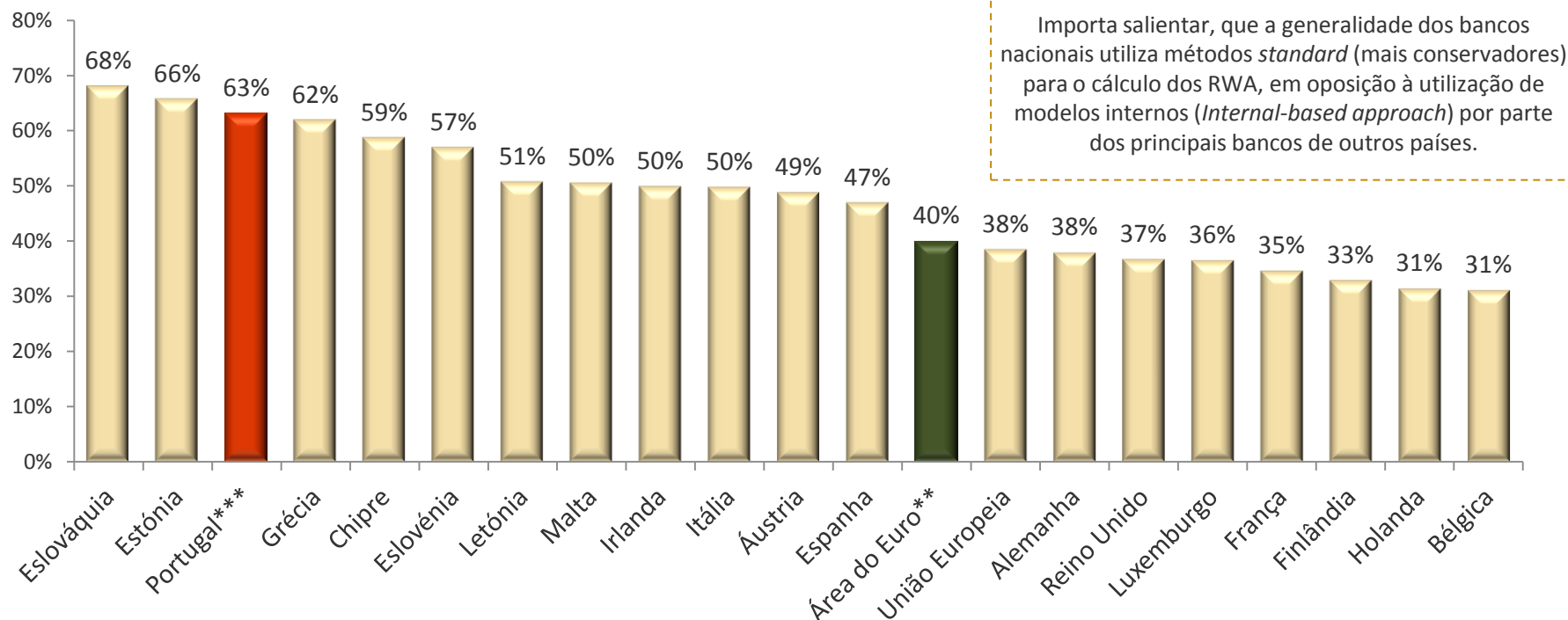
O Rácio Ativos Ponderados pelo Risco / Ativos Totais dos bancos portugueses sofreu um decréscimo considerável nos últimos anos. Esta tendência intensificou-se depois do PAEF e reflete uma diminuição do risco médio dos ativos que compõem o balanço dos bancos portugueses. No primeiro semestre de 2014, este rácio aumentou ligeiramente, por via das alterações de cálculo dos RWAs introduzidas pela CRD IV / CRR, voltando à trajetória descendente no final do mesmo ano. A melhoria observada entre junho e dezembro de 2015, deve-se às decisões que complementaram a medida de resolução do BES em dezembro de 2015, que se traduziram no aumento do capital do Novo Banco e na redução dos ativos ponderados pelo risco.

* Os ativos ponderados pelo risco incluem rubricas fora de balanço; Dados em base consolidada.

Fonte: Banco de Portugal

No entanto, o rácio dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) sobre o Ativo Total situa-se acima da média da área do Euro.

Ativos ponderados pelo risco em proporção dos ativos totais (Dezembro de 2015)



* Os ativos ponderados pelo risco incluem rubricas fora de balanço.

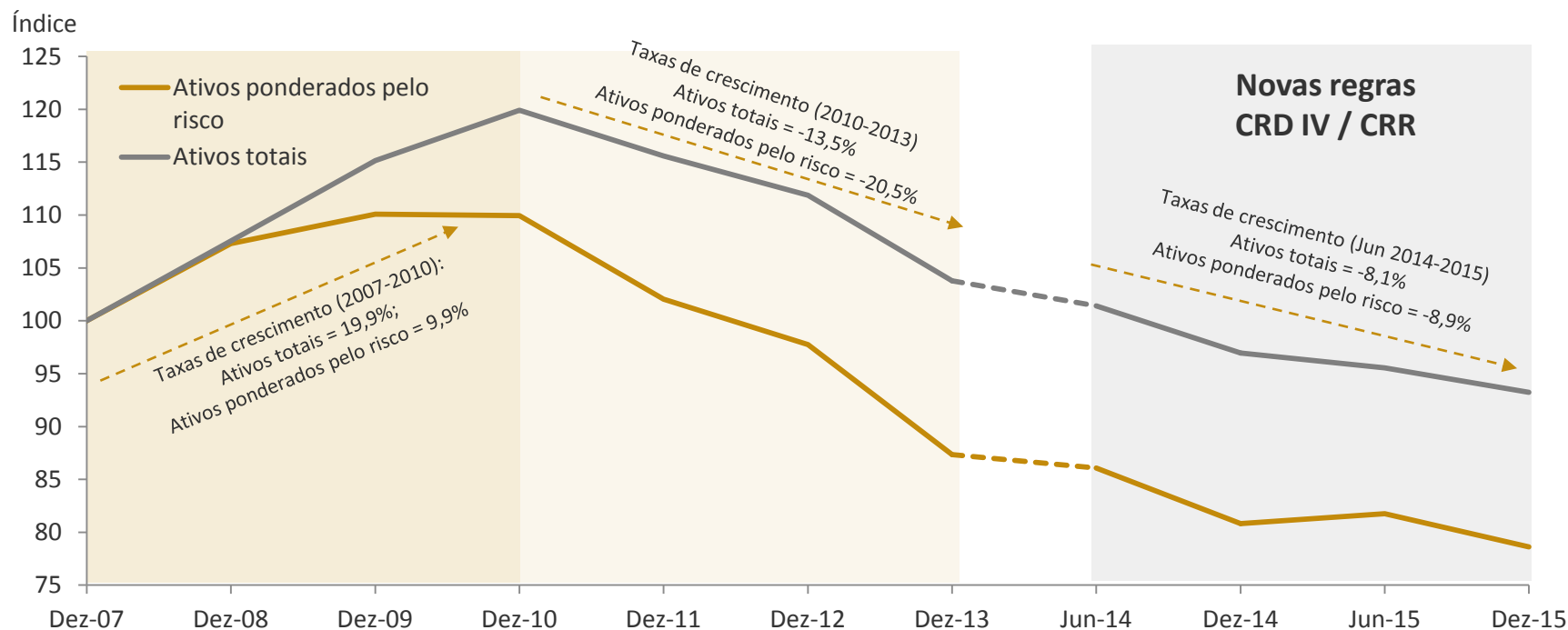
** Área do Euro – Composição variável.

*** Os dados para Portugal podem diferir dos apresentados no slide anterior por diferenças das metodologias utilizadas pelo Banco de Portugal e pelo BCE.

Fonte: BCE

Os ativos totais têm decrescido a uma taxa inferior à dos RWA, fruto da otimização dos RWA e da redução do perfil de risco dos ativos dos bancos portugueses.

Evolução dos ativos ponderados pelo risco e dos ativos totais dos bancos portugueses* (Dez. 2007=100)

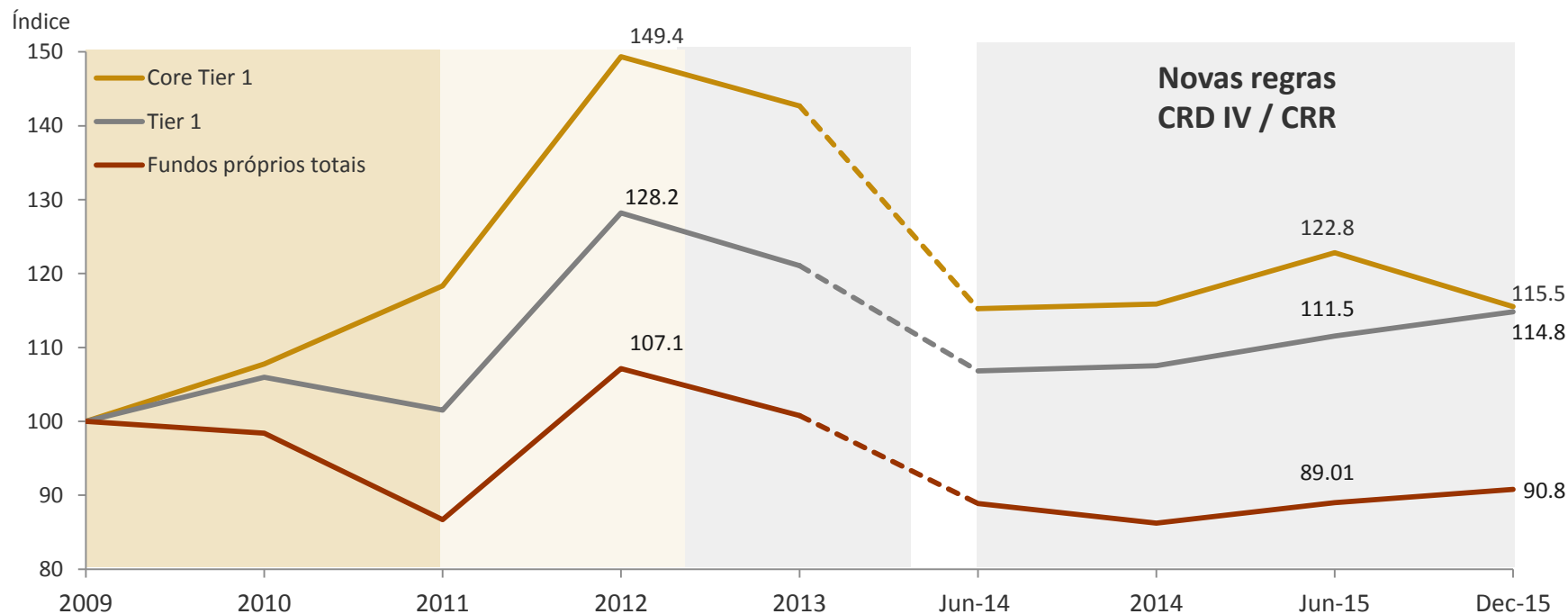


* Dados dos grupos bancários e bancos domésticos, em base consolidada excluindo a atividade seguradora.

Fonte: Banco de Portugal

Os fundos próprios de melhor qualidade dos bancos portugueses, *core* Tier 1, aumentaram entre 2009-2015, não obstante a acumulação de prejuízos entre 2012 e 2014.

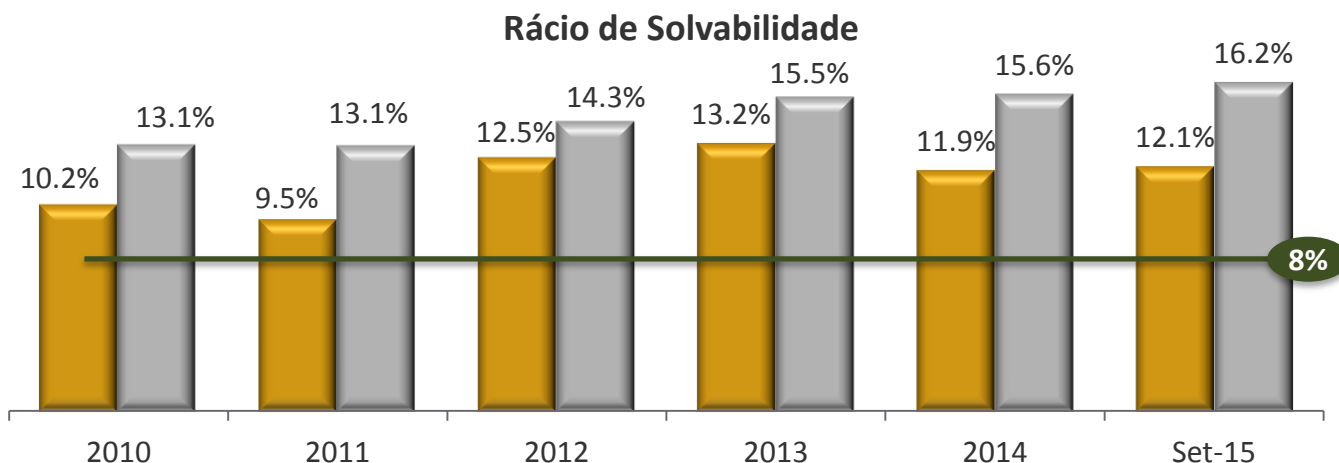
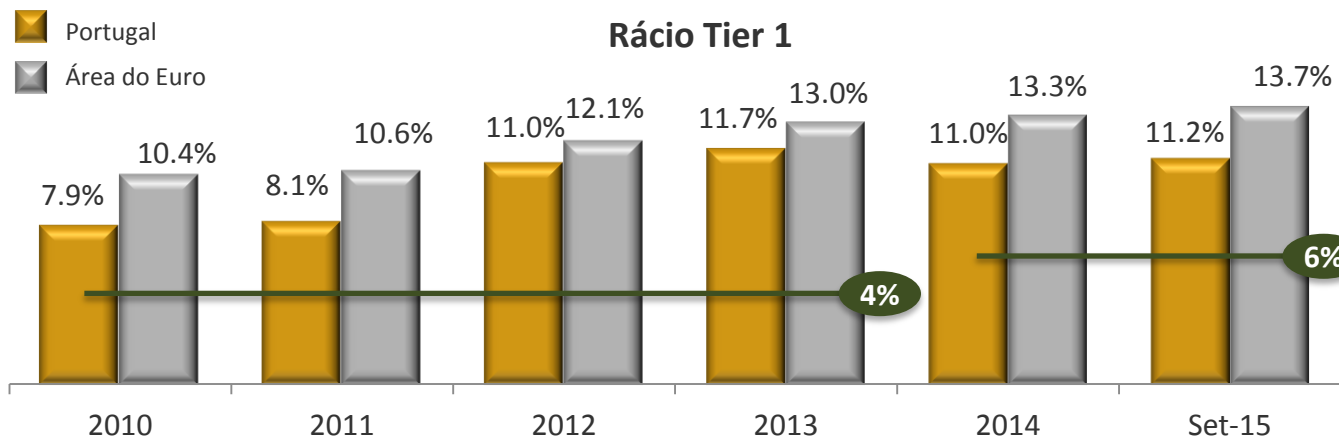
Evolução dos fundos próprios dos bancos portugueses* (Dez. 2009=100)



* Dados dos grupos bancários e bancos domésticos, em base consolidada excluindo a atividade seguradora.

Fonte: Banco de Portugal

Historicamente, os níveis de capital dos bancos portugueses situaram-se sempre acima dos mínimos legais exigidos.



O Acordo de Basileia II impôs Rádios Tier 1 e de Solvabilidade iguais ou superiores a 4% e 8%, respetivamente. Em 2014, e de acordo com o Regime transitório previsto na CRD IV/CRR, a exigência passou a ser de 6% para o Rácio Tier 1 e de 8% para o Rácio de Solvabilidade. Os mínimos referidos não incluem a decisão do SREP** (exigências caso-a-caso).

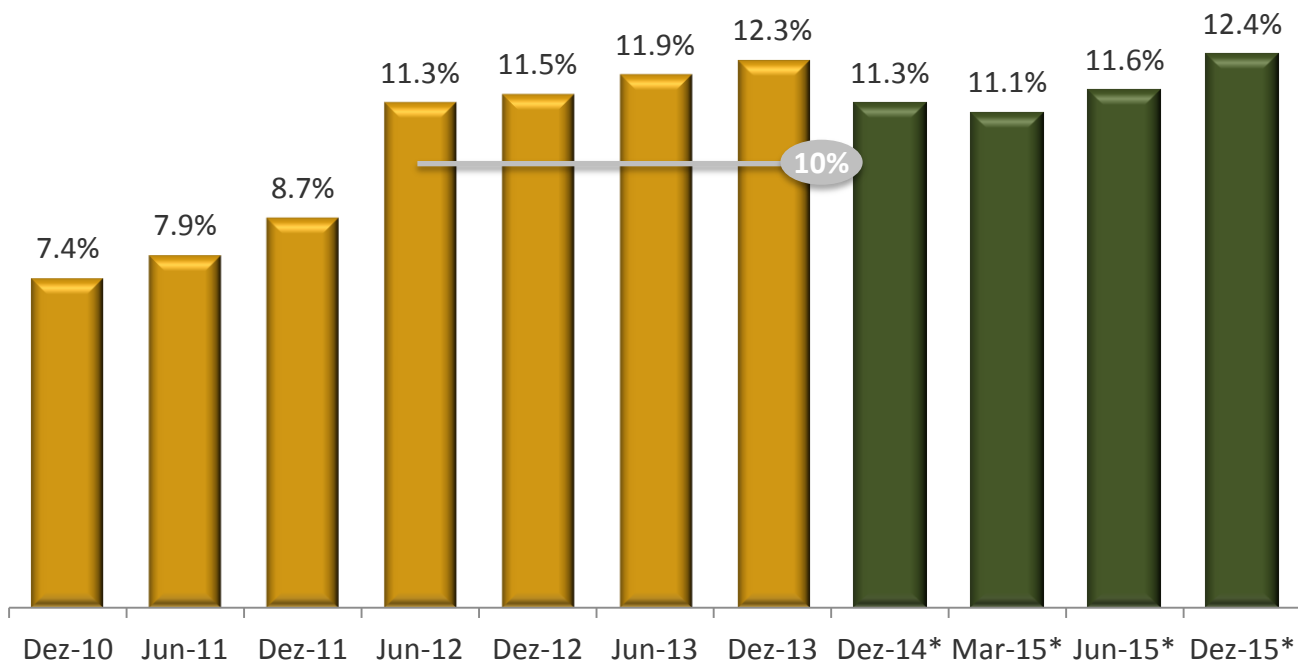
*Dados dos grupos bancários e bancos domésticos, em base consolidada excluindo a atividade seguradora.

**SREP - Supervisory Review and Evaluation Process.

Fonte: BCE

A situação de solvabilidade dos bancos portugueses melhorou substancialmente desde 2011.

Rácio Core Tier 1 / Rácio Common Equity Tier 1



Até finais de 2013, os bancos portugueses estavam obrigados, pelo Banco de Portugal, a satisfazer um Rácio Core Tier 1 não inferior a 10%. Desde o início de 2014, os bancos portugueses têm que cumprir o novo regime transitório de adequação de fundos próprios introduzido pela CRD IV/CRR, que impõe um limite de CET1 correspondente ao somatório de três parcelas: (i) um limite mínimo comum a todos os bancos da U.E. (Pilar 1: 4,5%); (ii) um limite composto por reservas mínimas de capital ("Capital buffers"**), definidas pelo Banco de Portugal enquanto entidade responsável pela supervisão macroprudencial e; (iii) um limite específico para cada banco (Pilar 2), em função da avaliação anual efetuada pela autoridade competente no âmbito do SREP, e que não é divulgado publicamente.

* Rácio CET 1 calculado de acordo com o novo regime transitório estabelecido na CRD IV/CRR.

** Na atualidade, apenas o rácio de conservação de capital é superior a 0%, sendo de 2,5% no período em análise.

Fonte: Banco de Portugal

Depois da crise financeira de 2008, o sector bancário passou a estar sujeito a requisitos regulatórios adicionais.

	Basileia I	Basileia II	Basileia 2.5	Basileia III
Perspetiva Europeia	1992	2007	2011	2014
Requisitos de Constituição de Capital	<ul style="list-style-type: none"> Definição de Tier 1 e Tier 2 Requisitos: Tier 1: 4%; Fundos Próprios: 8% 			<ul style="list-style-type: none"> Requisitos: <ul style="list-style-type: none"> CET=4,5% Tier 1=6% Tier 1 + Tier 2=8% Novos <i>buffers</i> (a acrescentar aos requisitos acima referidos) Nova definição de capital <i>Leverage ratio</i>
Cálculo de RWA e disclosure	<ul style="list-style-type: none"> Pilar 1: Risco de crédito Pilar 1: Risco de mercado incorporando estimativas internas de VaR (alteração introduzida em 1997) 	<ul style="list-style-type: none"> Novo Pilar 1: Risco de crédito, de mercado e operacional Pilar 2: ICAAP/SREP Pilar 3: Disclosures 	<ul style="list-style-type: none"> Revisões a instrumentos de securitização, <i>trading book</i> e política de remuneração 	<ul style="list-style-type: none"> Risco de contraparte (CVA) adicionado
Requisitos de Liquidez				<ul style="list-style-type: none"> <i>Liquidity coverage ratio</i> (LCR) <i>Net stable funding ratio</i> (NSFR)

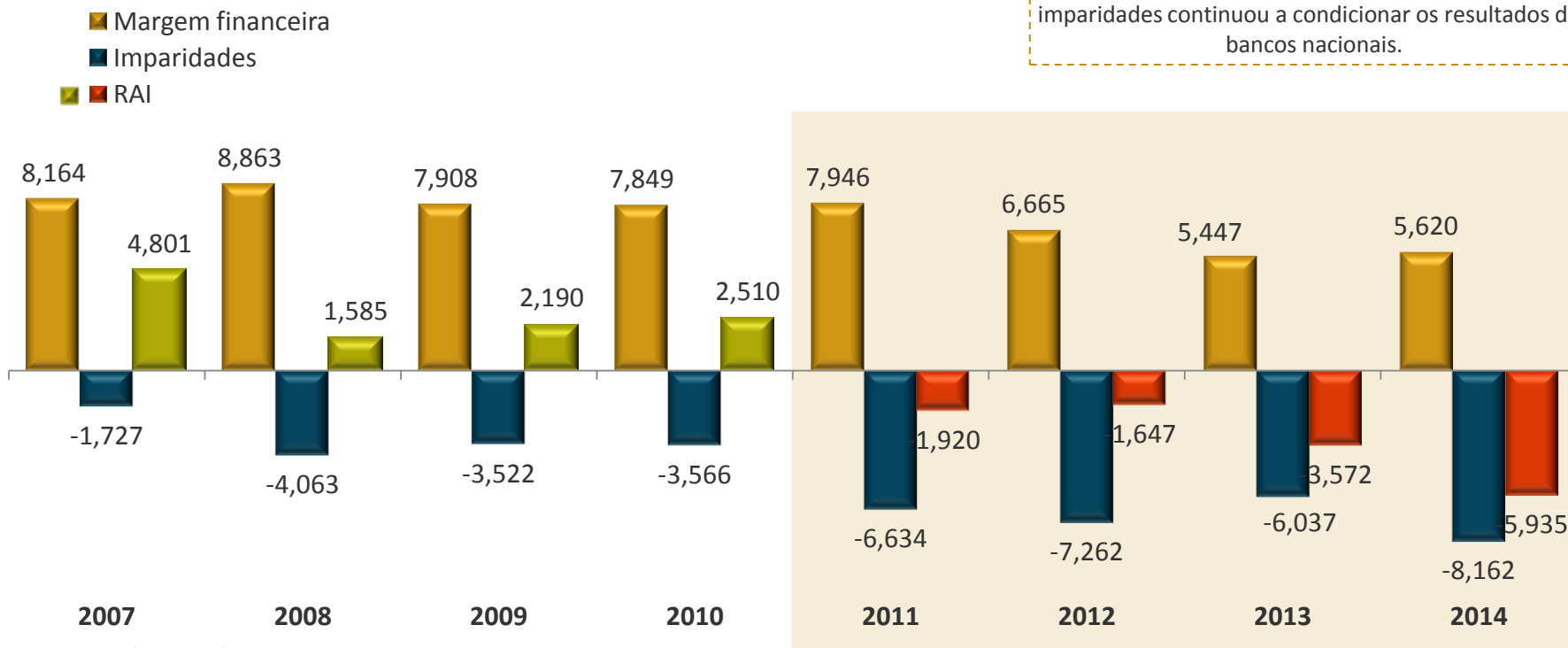
Todos os valores são referentes à implementação integral dos acordos de Basileia.
Fonte: BIS, PwC

OVERVIEW DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS

V. Rentabilidade

O aumento das imparidades registadas, impulsionado pelas condições macroeconómicas adversas, foi penalizador para os resultados do sistema bancário nacional.

Margem financeira, imparidades e resultado antes de impostos (RAI) dos bancos portugueses em base consolidada (M€)



Entre 2011 e 2013, os resultados do sector bancário português foram penalizados não apenas pelo aumento das imparidades, mas também pela redução da margem financeira. Apesar da estabilização da margem financeira em 2014, o elevado nível de imparidades continuou a condicionar os resultados dos bancos nacionais.

Fonte: Banco de Portugal

Desde 2011, o Banco de Portugal conduziu várias inspeções aos maiores grupos bancários portugueses afim de avaliar se os mesmos tinham registado um nível de imparidades adequado

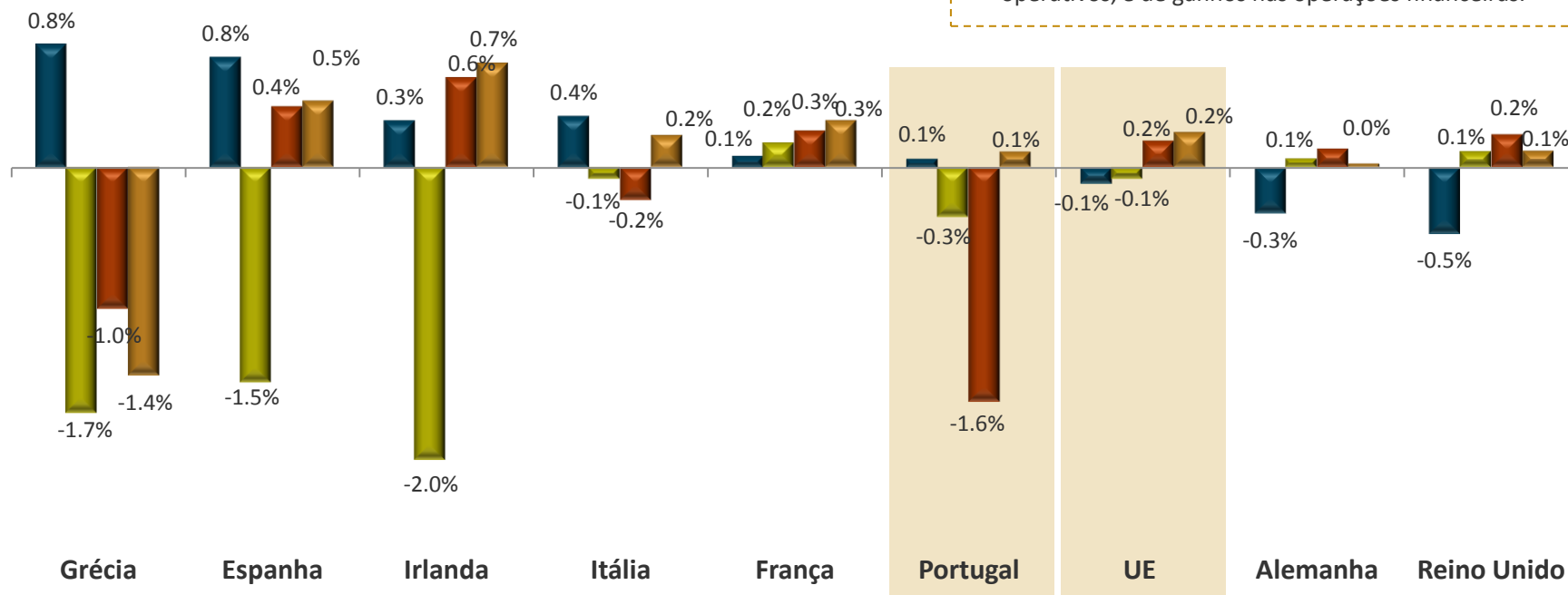
	1º Exercício 2º semestre 2011	2º Exercício 2º semestre 2012	3º Exercício Jun – Jul 2013	4º Exercício Out 2013 – Mar 2014
Data de referência:	30 junho 2011	30 junho 2012	30 abril 2013	30 setembro 2013
Âmbito:	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação da carteira de crédito (EUR 281 mil milhões - 72% a 100% da carteira total de cada banco) Validação dos requisitos de capital para risco de crédito Avaliação dos parâmetros e metodologias utilizadas nos exercícios de <i>stress-test</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação da carteira de crédito – exposição aos sectores da construção e imobiliário em Portugal e em Espanha (analisada 56% da população – EUR 69 mil milhões). 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação da carteira de crédito (analisados EUR 93 mil milhões) 	<ul style="list-style-type: none"> 12 grupos económico (EUR 9,4 mil milhões)
Resultados:	<ul style="list-style-type: none"> Necessidades de reforço de imparidades: EUR 596 M Aumento dos requisitos de capital: 0,6% Impacto no Rácio Tier 1 ratio: de 9,1% para 8,8% 	<ul style="list-style-type: none"> Necessidades de reforço de imparidades: EUR 474 M 	<ul style="list-style-type: none"> Necessidades de reforço de imparidades: EUR 1,127 mil milhões (reforçados até 30 de junho de 2013) 	<ul style="list-style-type: none"> Necessidades de reforço de imparidades: EUR 1,003 mil milhões

Fonte: Banco de Portugal

Embora permaneça reduzida, a rentabilidade dos ativos bancários portugueses registou uma recuperação em 2015, convergindo para a média europeia.

Rentabilidade dos Ativos (ROA - Return on Assets)*

O ROA e o ROE do sector bancário português foram positivos nos três primeiros trimestres de 2015, o que sucedeu pela primeira vez desde 2012. A rentabilidade beneficiou de menores níveis de imparidades e de custos operativos, e de ganhos nas operações financeiras.



* Dados dos grupos bancários e bancos domésticos, em base consolidada.

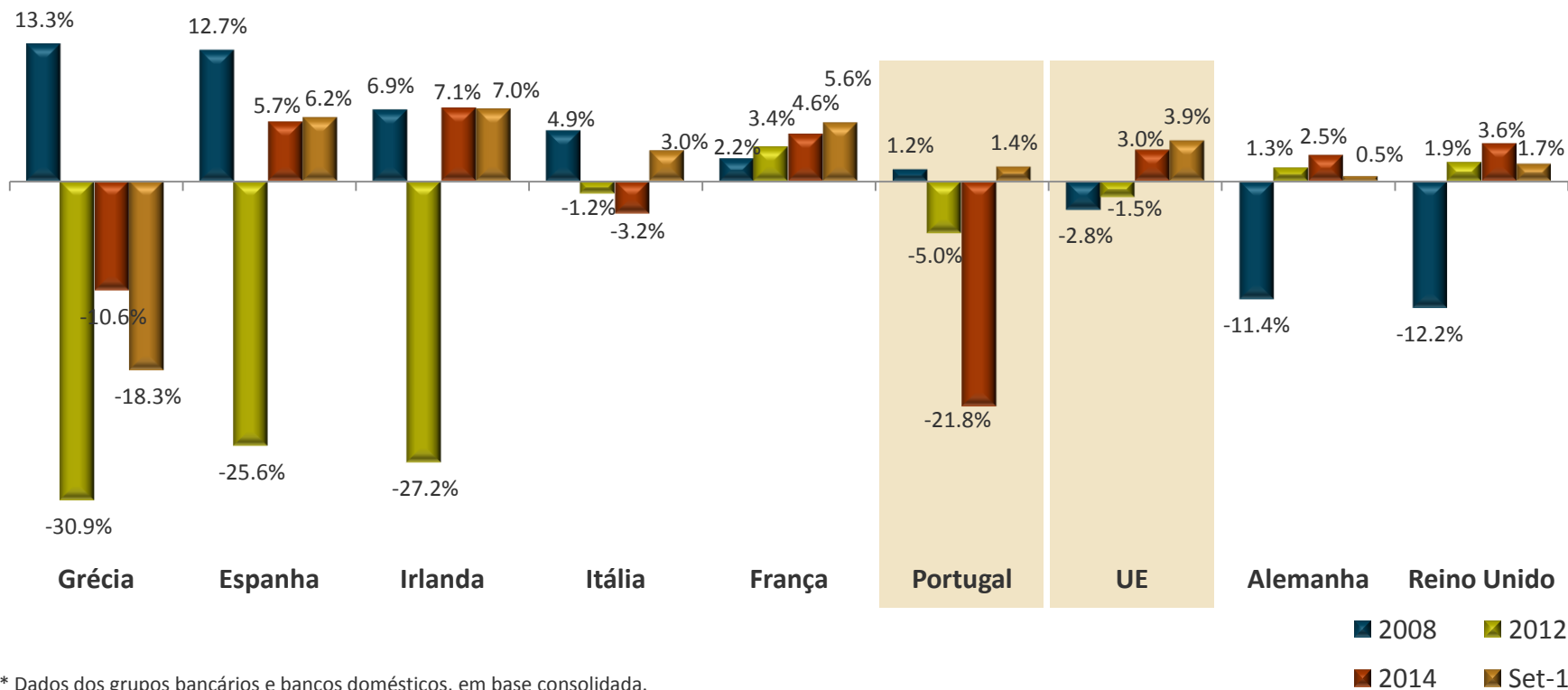
Fonte: BCE

■ 2008 ■ 2012
 ■ 2014 ■ Set-15

Verifica-se um comportamento semelhante ao analisar a rentabilidade dos capitais próprios.

Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE - Return on Equity)*

O ROA e o ROE do sector bancário português foram positivos nos três primeiros trimestres de 2015, o que sucedeu pela primeira vez desde 2012. A rentabilidade beneficiou de menores níveis de imparidades e de custos operativos, e de ganhos nas operações financeiras.

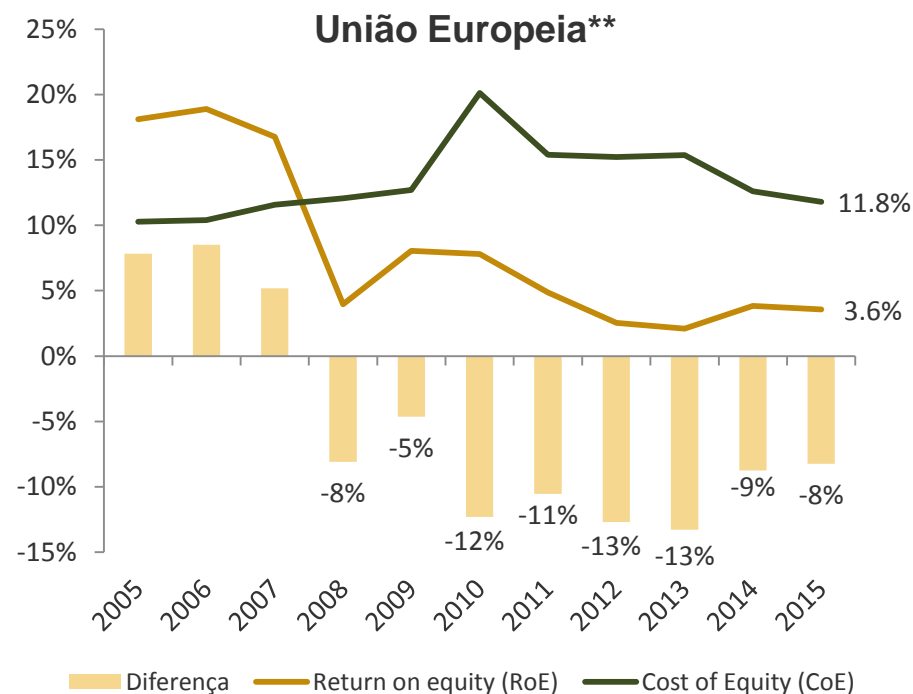
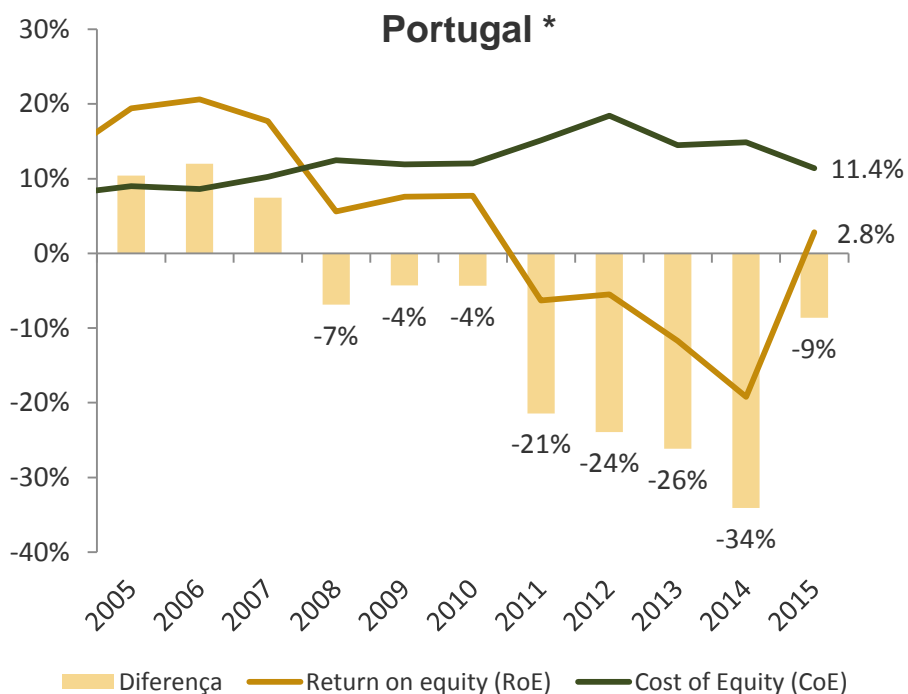


* Dados dos grupos bancários e bancos domésticos, em base consolidada.

Fonte: BCE

Acréscimo à reduzida rentabilidade do sector, um nível de custo do capital próprio superior à rentabilidade do mesmo, o que origina uma situação de destruição de valor.

Return on Equity vs. Cost of Equity



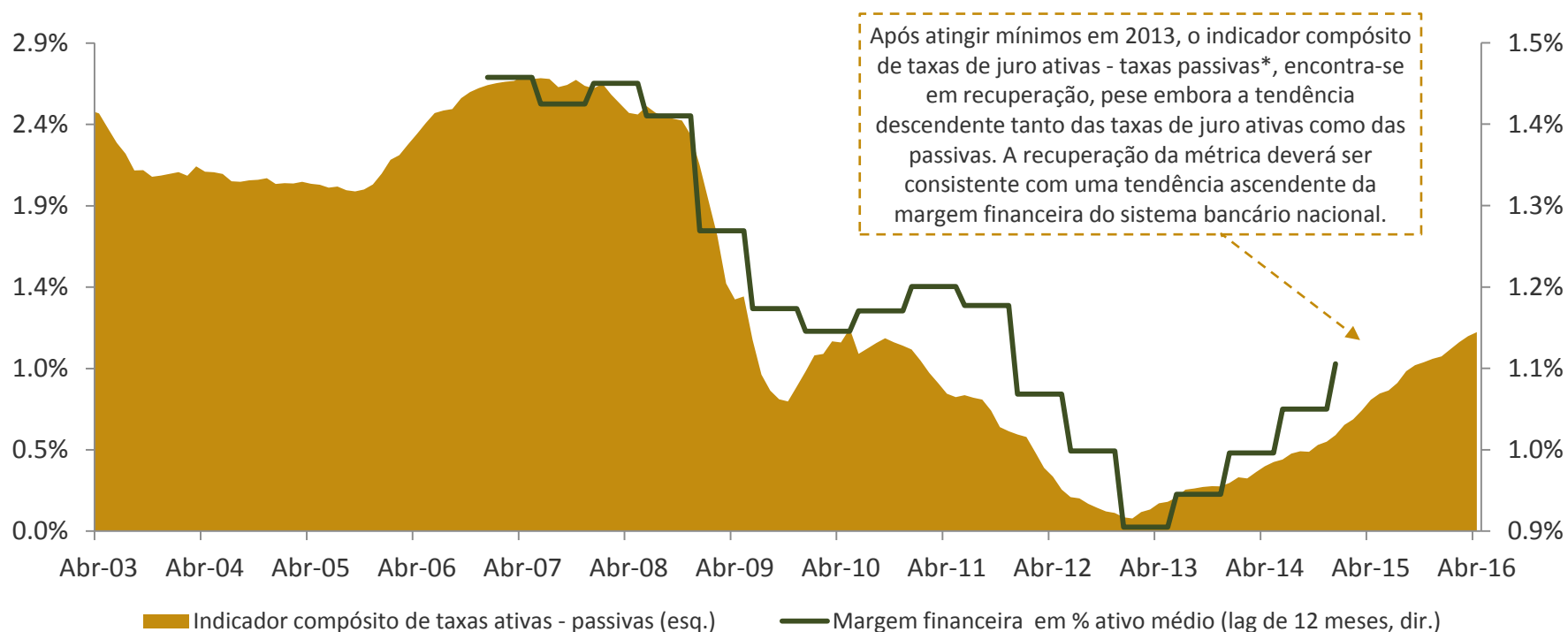
* Informação de 2015 corresponde ao 3º trimestre.

** Bancos de Importância Sistémica - Global Systemically Important Banks (G-SIBs)

Fonte: APB, Banco de Portugal, Bloomberg

Após a tendência acentuadamente descendente registada entre 2007 e 2013, a margem financeira do sistema bancário nacional encontra-se em recuperação, embora permaneça reduzida.

Compósito de taxas de juro ativas - passivas e margem financeira (% do ativo médio)



*Composto pela diferença entre as taxas de juro praticadas no crédito a SNFs e a particulares (ponderada pelo peso correspondente) e as taxas de depósitos. Representa uma proxy da Margem Financeira.

Fonte: Banco de Portugal

OVERVIEW DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS

VI. Regimes de Recapitalização Pública e de Concessão de Garantias pelo Estado a favor das Instituições de Crédito

Cronologia dos regimes de recapitalização pública e de concessão de garantias pessoais pelo Estado a favor das instituições de crédito antes do início do PAEF

Outubro
2008

Maio
2009

Fevereiro
2010

Março
2010

Julho
2010

Janeiro
2011

Regime de garantias

Regime aprovado até dezembro de 2009
€20.000 M

Orçamento alterado
€16.000 M

Prorrogação até junho 2010
Orçamento alterado
€ 9.150 M

Prorrogação até dezembro de 2010

Prorrogação até junho de 2011

Regime de recapitalização

Regime aprovado até novembro de 2009
€ 4.000 M

Prorrogação até junho de 2010
Orçamento alterado
€ 3.000 M*

Prorrogação até dezembro de 2010

Prorrogação até junho de 2011

Lei nº
60-A/2008

Lei nº
60-A/2008

Lei nº
3-B/2010

* A utilização de ambos os regimes não pode exceder EUR 9.150 M.

Fonte: APB, Comissão Europeia – DGCOMP, Direcção Geral do Tesouro e Finanças

Cronologia dos regimes de recapitalização pública e de concessão de garantias pessoais pelo Estado a favor das instituições de crédito durante o PAEF

Junho 2011 Dez 2011 Maio/Jun 2012 Dez 2012 Agosto 2013 Dez 2013 Junho 2014 Nov 2014 Junho 2015

Regime de garantias

Prorrogação até dez. 2011 Orçamento alterado € 35.000 M	Prorrogação até junho de 2012	Prorrogação até dezembro de 2012	Prorrogação até junho de 2013	Prorrogação até dezembro de 2013	Prorrogação até junho de 2014	Prorrogação até dezembro de 2014	Prorrogação até junho de 2015	Prorrogação até dezembro de 2015
--	-------------------------------	----------------------------------	-------------------------------	----------------------------------	-------------------------------	----------------------------------	-------------------------------	----------------------------------

Regime de recapitalização

Prorrogação 31 dez. 2011
Orçamento alterado € 12.000 M

Prorrogação até dezembro 2012

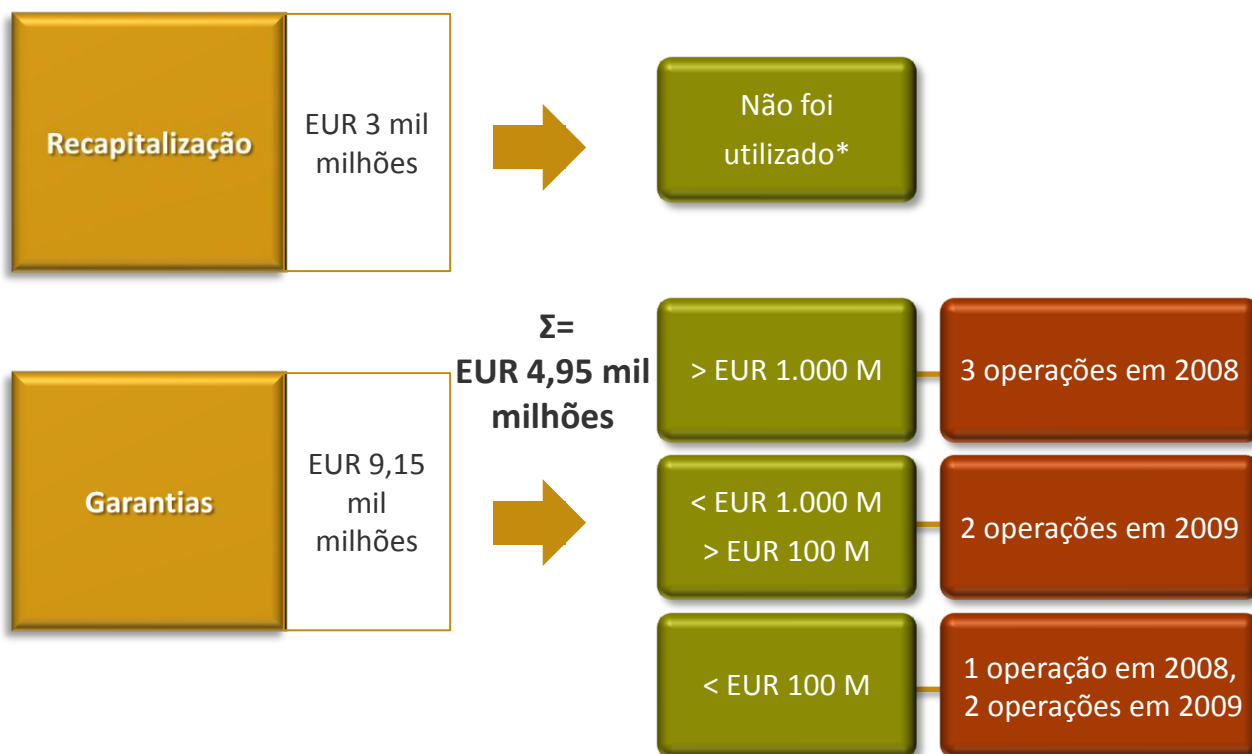
Prorrogação até dezembro 2013

Lei nº 48/2011
Lei nº 4/2012

Fonte: APB, Comissão Europeia – DGCOMP, Direcção Geral do Tesouro e Finanças

Os bancos portugueses ultrapassaram a crise financeira sem apoio estatal em termos de recapitalização...

Regimes de apoio estatal utilizados até fim de junho de 2011



Até fim de junho de 2011:

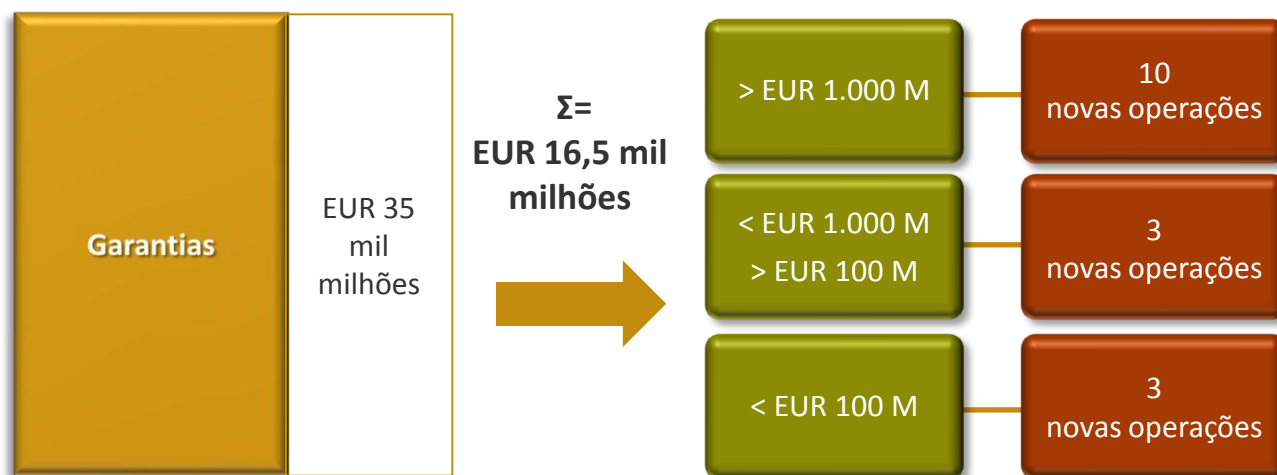
- 6 bancos (incluindo a CGD) tinham utilizado o regime de garantias;
- 2 operações no valor de EUR 75 M tinham sido amortizadas (uma em 2009 e outra em 2010);
- O montante de garantias em vigor totalizava EUR 4.875 M, que corresponde a 53% do orçamento existente.

* Não foi utilizado por bancos privados. Em dezembro de 2010, a CGD aumentou o seu capital em EUR 550 M, dos quais EUR 56 M procederam do orçamento do regime de recapitalização.

Fonte: APB, Comissão Europeia – DGCOMP, Direcção Geral do Tesouro e Finanças

... entretanto, a crise da dívida pública levou ao aumento da utilização de garantias concedidas pelo Estado.

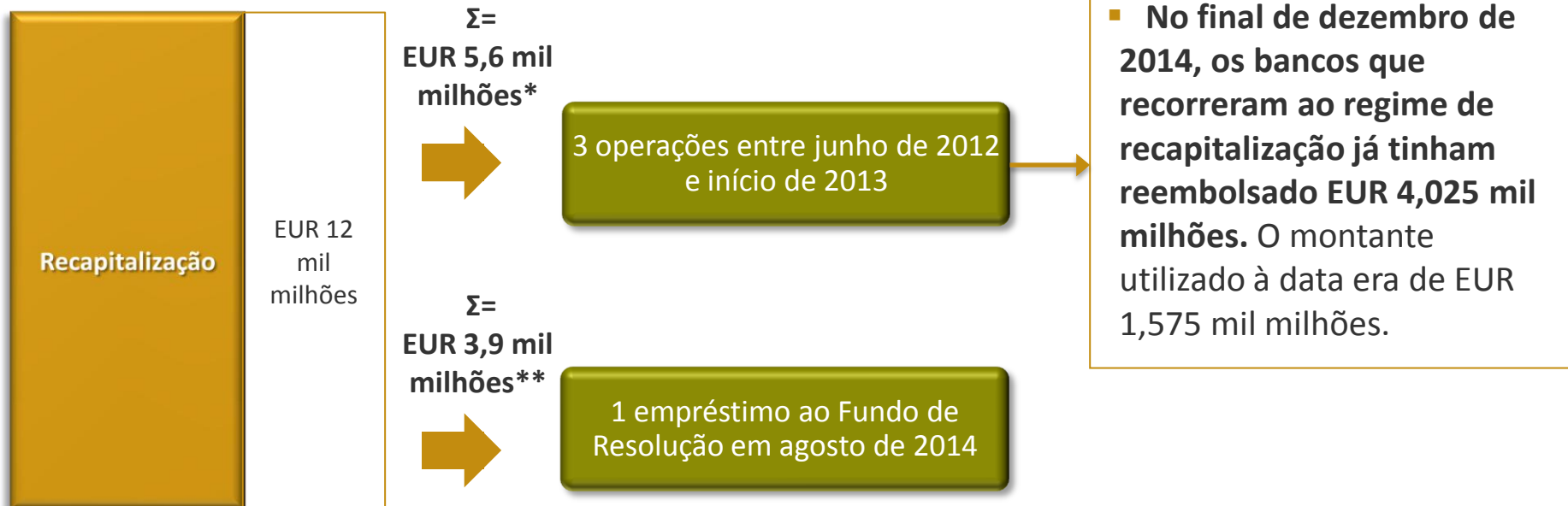
Utilização do Regime de Garantias desde julho de 2011



- Desde julho de 2011:
 - **6 bancos** usaram o regime de garantias em novas operações de financiamento;
 - As novas operações ascenderam a **EUR 16.525 M**, o correspondente a **47,2%** do respectivo orçamento

A utilização do Regime de Recapitalização ocorreu posteriormente, para fazer face às necessidades adicionais de capital resultantes das regras impostas pelo Banco de Portugal*.

Utilização do Regime de Recapitalização (até dezembro de 2014)



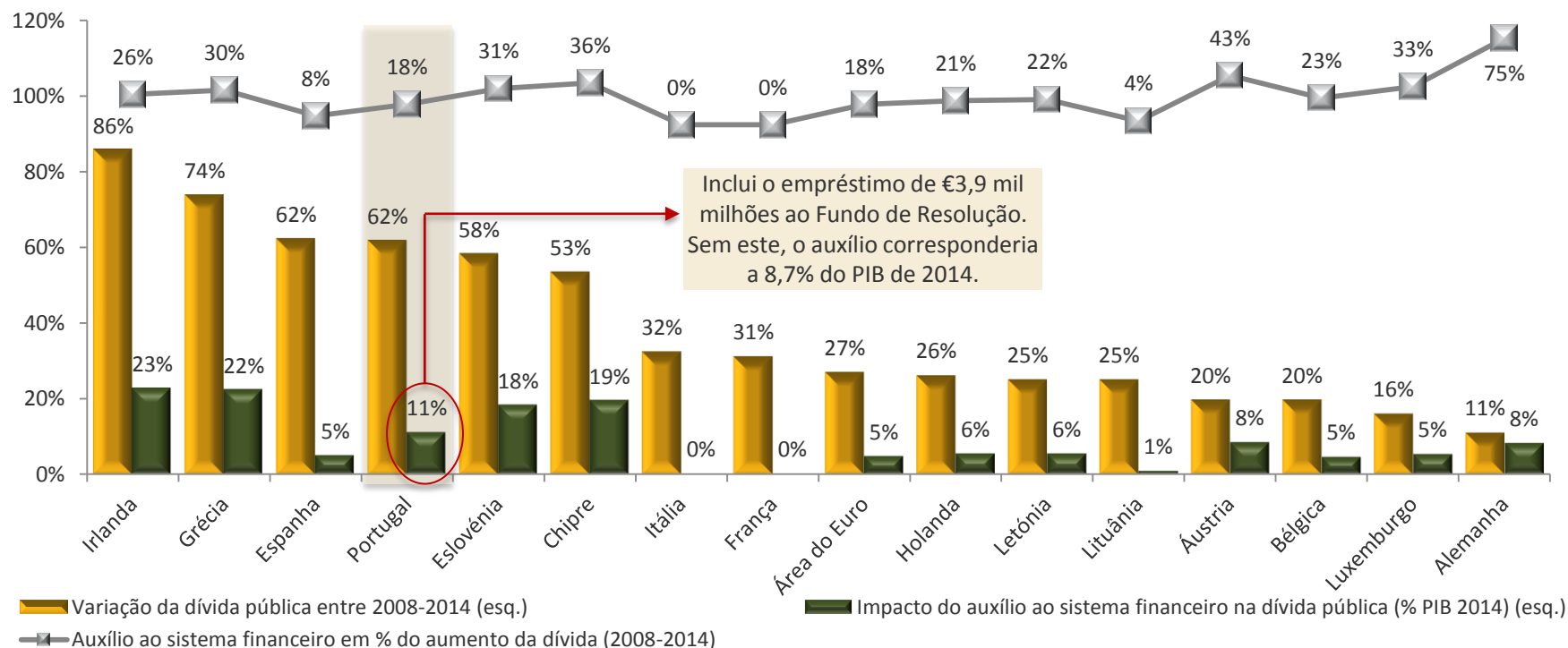
* Decorrentes de uma recomendação da EBA (EBA/REC/2011/1) - <https://www.eba.europa.eu/documents/10180/16460/EBA+BS+2011+173+Recommendation+FINAL.pdf/b533b82c-2621-42ff-b90e-96c081e1b598>

** Não inclui a recapitalização da CGD, em junho de 2012, no valor de EUR 1.65 milhões.

Fonte: APB, Comissão Europeia – DGCOMP, Direcção Geral do Tesouro e Finanças

O impacto do auxílio do Estado ao sistema financeiro foi idêntico ao verificado na Área do Euro, representando 18% do aumento da dívida pública entre 2008-2014.

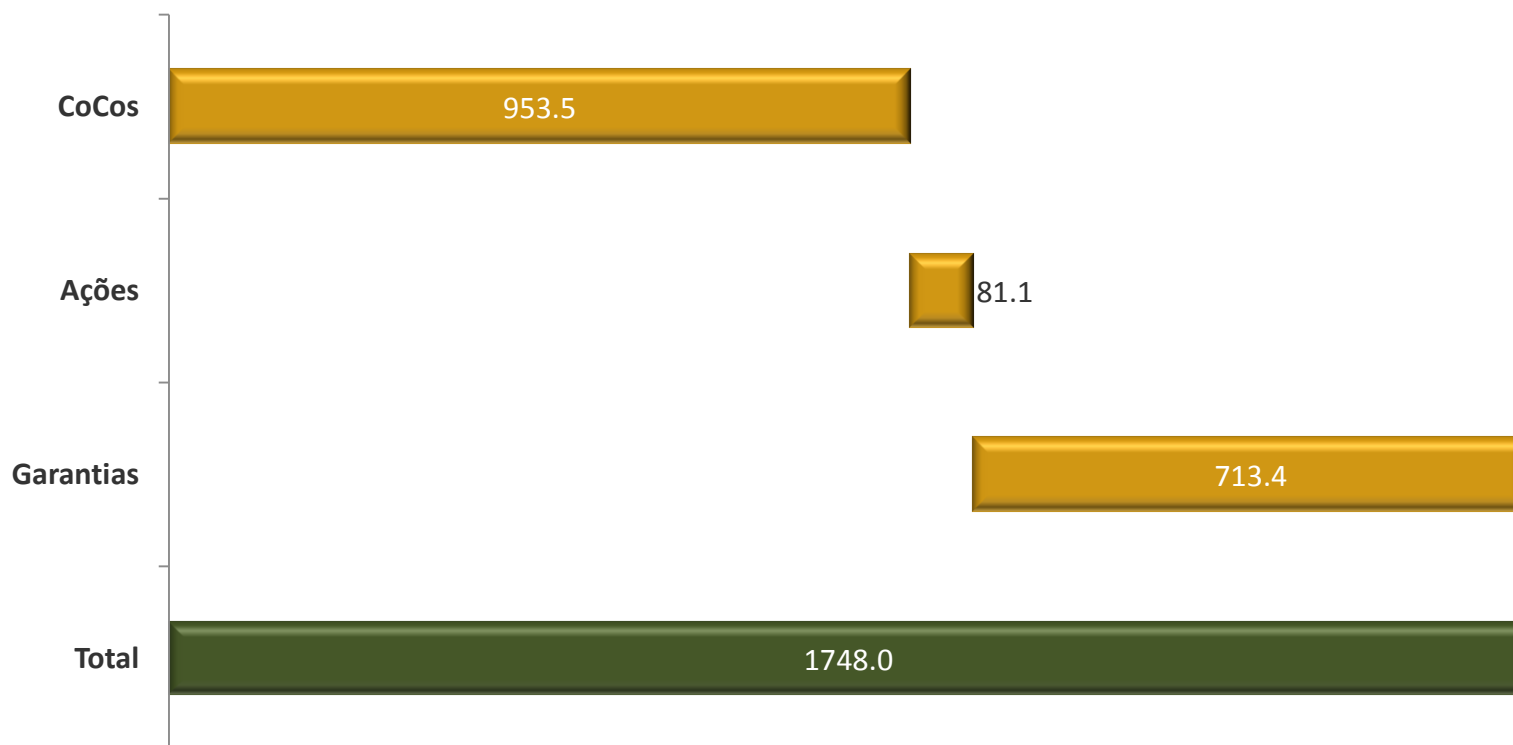
Impacto do auxílio ao sistema financeiro (de 2008-2014) na dívida pública (em % do PIB de 2014)



Fonte: BCE

Os apoios públicos ao sector financeiro geraram rendimentos significativos para o Estado.

Encargos do sector financeiro nacional relativos aos apoios públicos entre 2008-2014* (Milhões EUR)



* Juros, dividendos e taxas de garantia, entre 2008 e 2014

Fonte: Tribunal de Contas, APB

OVERVIEW DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS

Anexo II: Metodologia

Metodologia

- **À exceção dos casos em que é explicitamente indicado o contrário:**
 - A amostra corresponde à totalidade do sector financeiro nacional.
 - Os dados de balanço analisados na presente publicação resultam da sua agregação para a totalidade do sistema bancário, em base individual.
 - As análises de solvabilidade e de rentabilidade do sector bancário são realizadas com base em informação consolidada das instituições financeiras.
 - A amostra do crédito a clientes corresponde ao crédito bruto a residentes e não residentes.
 - A rubrica do crédito engloba empréstimos, certificados de depósito, acordos de recompra, operações de crédito titulado, e créditos vencidos e de cobrança duvidosa.

OVERVIEW DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS